

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Isadora Loreto da Silveira

**MUDANÇA E CONTINUIDADE NA POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA: DA  
ASCENSÃO DE HOSNI MUBARAK À PRESIDÊNCIA À DERRUBADA DE  
MOHAMED MORSI**

Porto Alegre

2013

Isadora Loreto da Silveira

**MUDANÇA E CONTINUIDADE NA POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA: DA  
ASCENSÃO DE HOSNI MUBARAK À PRESIDÊNCIA À DERRUBADA DE  
MOHAMED MORSI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2013

Isadora Loreto da Silveira

**MUDANÇA E CONTINUIDADE NA POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA: DA  
ASCENSÃO DE HOSNI MUBARAK À PRESIDÊNCIA À DERRUBADA DE  
MOHAMED MORSI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Aprovado em 17 de dezembro de 2013.

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

Porto Alegre

2013

Aos meus  
pais, que sempre me apoiaram e incentivaram a perseguir meus objetivos, e ao meu avô,  
que se sente realizado por meio das minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos meus pais, que sempre se preocuparam em me proporcionar as melhores oportunidades possíveis e sempre acreditaram em mim. Gostaria de agradecer ao meu avô, que fez questão de comprar o meu primeiro livro da faculdade. Gostaria de agradecer também a todos os professores do curso de Relações Internacionais pelo conhecimento transmitido ao longo de toda a graduação. Agradeço ao professor Paulo Visentini por ser o responsável pelo meu envolvimento com a pesquisa e com o NERINT no início da graduação, e ao professor Luiz Dario Teixeira Ribeiro pela generosidade em compartilhar um conhecimento incrivelmente vasto sempre. Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. André Reis, por todo o crescimento acadêmico que eu tive ao trabalhar com ele, que eu considero um exemplo de professor e pesquisador a ser seguido. Finalmente, gostaria de agradecer a Guilherme Ziebell de Oliveira, que me acompanhou não só neste ano, revisando, dando sugestões e me tranquilizando em relação a questionamentos sobre diversos aspectos deste trabalho, mas nos últimos quatro anos. Agradeço pelo companheirismo e por ter compartilhado comigo não apenas muitos momentos felizes, mas também problemas e preocupações, deixando a produção deste trabalho muito mais leve.

*It is easy to blur the truth with a simple linguistic trick: start your story from “Secondly”. Yes, this is what Rabin did. He simply neglected to speak of what happened first. Start your story with “Secondly”, and the world will be turned upside-down. Start your story with “Secondly”, and the arrows of the Red Indians are the original criminals and the guns of the white men are entirely the victims. It is enough to start with “Secondly”, for the anger of the black man against the white to be barbarous. Start with “Secondly”, and Gandhi becomes responsible for the tragedies of the British.*

Mourid Barghouti

*Orwell calls the enemy in his novel “the Brotherhood”, but they could very well have been al-Qaeda or the fundamentalists. Toward the end of the novel, and during the torture sessions of the protagonist Winston, Winston asks the interrogator, O’Brien, whether the Brotherhood really exists or whether it is simply a ploy of the ruling regime. O’Brien answers, “That, Winston, you will never know.”*

Galal Amin

## RESUMO

Este trabalho busca analisar os processos de mudança e continuidade na política externa egípcia - de acordo com a tipologia definida por Hermann (1990) e com o conceito de Holsti (1982) - ao longo do governo de Hosni Mubarak e no breve governo de Mohamed Morsi. Procura-se também demonstrar que a Primavera Árabe e a ascensão de Mohamed Morsi ao governo catalisaram uma mudança em curso sob Mubarak. Sob Morsi, portanto, o Egito iniciou uma reorientação da sua política externa, ou seja, demonstrou – nos termos de Holsti – a intenção de realizar uma reestruturação. Para tanto, o histórico da política externa do país e a influência de diferentes atores domésticos (Irmandade Muçulmana, Forças Armadas, setor capitalista liberal, presidente, etc.) sobre a dinâmica política egípcia serão analisados, assim como a interação do Egito com atores regionais e extra-regionais (sobretudo os Estados Unidos) e a maneira como eles afetam a orientação da política externa do país. Busca-se também identificar quais desses atores contribuíram para mudanças na política externa egípcia e quais atuaram como estabilizadores, conforme a definição de Goldmann (1988).

**Palavras-chave:** Mudança. Continuidade. Política externa. Egito. Mubarak. Morsi.

## **ABSTRACT**

This work seeks to analyze the processes of change and continuity in Egyptian foreign policy - according to the typology defined by Hermann (1990) and the concept of restructuring proposed by Holsti (1982) - during the government of Hosni Mubarak and the brief rule of Mohamed Morsi. It also seeks to demonstrate that the Arab Spring and the rise of Mohamed Morsi to the government catalyzed a change in course under Mubarak. Under Morsi, therefore, Egypt initiated a reorientation of its foreign policy, demonstrating - in Holsti's terms - the intention to restructure it. In order to find evidence that supports that hypothesis, the historical background of the country's foreign policy and the influence of different domestic actors (the Muslim Brotherhood, the military, liberal capitalists, the president, etc.), on the Egyptian political dynamics will be analyzed, as well as the interaction of Egypt with regional and extra-regional actors (mainly the U.S.) and how they affect the direction of the Egyptian foreign policy. It also aims at identifying which of these actors contributed to changes in Egyptian foreign policy and which acted as stabilizers as defined by Goldman (1988).

**Keywords:** Change. Continuity. Foreign policy. Egypt. Mubarak. Morsi.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CCR - Conselho do Comando Revolucionário  
CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)  
EUA - Estados Unidos da América  
FBI - Federal Bureau of Investigation (Agência Federal de Investigação)  
FLN - Frente de Libertação Nacional  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FOCAC - Forum on China-Africa Cooperation (Fórum de Cooperação China-África)  
OLP - Organização para a Libertação da Palestina  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OUA - Organização da Unidade Africana  
PDN - Partido Democrático Nacional  
PIB - Produto Interno Bruto  
SCC - Suprema Corte Constitucional  
TEDA - Tiajin Economic-Technological Development Area (Área de Desenvolvimento Econômico-Tecnológico de Tianjin)  
UNEF - United Nations Emergency Force (Força de Emergência das Nações Unidas)  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZEE - Zona Econômica Especial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2 CONTINUIDADE E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA DO EGITO: DE NASSER A MUBARAK (1954-1999) .....</b>	<b>10</b>
2.1 A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA SOB GAMAL ABDEL NASSER (1954-1970).....	10
2.2 A NOVA REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA SOB ANWAR SADAT (1970-1981).....	16
2.3 AS MUDANÇAS DE PROGRAMA INICIAIS E O PERÍODO DE CONTINUIDADE DOS ANOS 1990 SOB HOSNI MUBARAK (1981-1999) .....	21
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	26
<b>3 CONTINUIDADE E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA DO EGITO: DO FINAL DO GOVERNO MUBARAK À DERRUBADA DE MORSI (2000-2013) 27</b>	
3.1. AS LINHAS DE CONTINUIDADE E AS MUDANÇAS DE PROGRAMA DOS ANOS 2000 SOB MUBARAK (2000-2010) .....	27
3.2 A “PRIMAVERA ÁRABE”: O FIM DO GOVERNO DE MUBARAK E O PERÍODO DE TRANSIÇÃO ATÉ AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (2011-2012) ..	34
3.3. O GOVERNO MOHAMED MORSI E A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA (2012-2013) .....	40
3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	47
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata dos processos de mudança e continuidade na política externa egípcia, ao longo do governo Mubarak (1981-2011) e no período de um ano de governo de Mohamed Morsi (2012-2013), no pós-Primavera Árabe, de acordo com a tipologia definida por Hermann (1990) e com os conceitos de Holsti (1982). Além da análise das continuidades e mudanças, foi realizado o mapeamento da estratégia de inserção externa adotada pelo país durante o período (1981-2013) e das implicações dela para a correlação de forças na região. O principal objetivo é avaliar se há evidências que demonstrem que havia uma mudança profunda da política externa em curso sob a presidência de Morsi e quais os seus antecedentes. Ainda, almeja-se verificar em que medida essa mudança se relaciona com as mudanças ocorridas ainda sob Mubarak e se a janela de oportunidade<sup>1</sup> prevista por Kingdon (1984) para a mudança se encerra com a queda de Morsi.

Procura-se também demonstrar que a Primavera Árabe e a ascensão de Mohamed Morsi ao governo catalisaram uma mudança já em curso nos últimos anos do governo Mubarak e aprofundaram o seu nível - considerando-se os quatro níveis previstos por Hermann (1990). Para tanto, o histórico da política externa do país e a influência de diferentes atores domésticos (Irmandade Muçulmana<sup>2</sup>, Forças Armadas, setor capitalista liberal, presidente, etc.) sobre a dinâmica política egípcia serão analisados, assim como a interação do Egito com atores regionais e extra-regionais (sobretudo os Estados Unidos) e a maneira como eles afetam a orientação da política externa do país. Busca-se também identificar quais desses atores contribuíram para mudanças na política externa egípcia e quais atuaram como estabilizadores, conforme a definição de Goldmann (1982), obstaculizando a mudança.

---

<sup>1</sup>O conceito de Kingdon (1984), do original em inglês "*policy windows*", refere-se a momentos em que surgem oportunidades únicas para que determinados grupos políticos apresentem novas agendas ou soluções em uma área.

<sup>2</sup>Os objetivos políticos da Irmandade Muçulmana no Egito foram se tornando crescentemente pragmáticos e o seu discurso, moderado, ao longo dos anos. Os objetivos mais extremados de construção de um califado ou de um Estado islâmico pregados por Sayyid Qutb, sucessor de al-Banna, foram sendo aos poucos substituídos por novos. Uma vez posta na ilegalidade, após uma tentativa de assassinato de Nasser, a Irmandade buscou se concentrar na provisão de bens sociais à população mais pobre do Egito, objetivando angariar apoio. Sob Sadat, a Irmandade renunciou ao uso da violência e, a partir de 1984, já sob Mubarak, candidatos afiliados à organização passaram a participar de eleições locais e parlamentares como independentes. Há autores que consideram que a entrada de membros da Irmandade no sistema político (apesar da ilegalidade da organização) e a interação com outros grupos políticos contribuiu para a moderação das posições dos seus membros, ainda que haja um espectro muito amplo de posicionamentos no interior da organização – dos mais radicais aos mais moderados (LAUB, 2013).

Essa pesquisa tem como motivação o fato de o Oriente Médio<sup>3</sup> e o Norte da África possuírem grande importância para as relações internacionais. Além de ter sido, historicamente, o palco de diversas disputas, atualmente, a região vem tendo a sua importância no sistema internacional aumentada. Assim, a compreensão dos fenômenos e da dinâmica política da região se mostra fundamental. Ainda, a inexistência de estudos sobre o tema, bem como a necessidade de agrupar e coordenar dados difusos, motiva esse estudo, que visa, também, a servir como trabalho inicial para o desenvolvimento futuro de teses explicativas.

A hipótese central é a de que é possível identificar evidências que demonstram que havia uma mudança profunda da política externa se desenhando sob a presidência de Morsi, apesar da ação de estabilizadores – de acordo com o conceito de Goldmann (1982) – no caso em questão, os EUA, as Forças Armadas e forças políticas leais ao regime de Mubarak, que obstaculizaram a formulação e a implementação de tal mudança. É importante ressaltar tanto a influência de fatores domésticos, como o maior descontentamento e menor aceitação da doutrina de política externa de Mubarak, e uma ambição da retomada da própria identidade nacional e a percepção egípcia da centralidade do país na sua região; quanto externos, como a transformação da correlação de forças no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria.

Infere-se que essa mudança se relaciona com a série de mudanças incrementais do governo Mubarak, uma vez que expressa um redirecionamento que parte na mesma direção (diversificação de parceiros, busca de papel regional mais assertivo), mas apresenta uma postura mais ousada em relação à busca de maior autonomia no cenário regional e internacional e uma menor preocupação com restrições ideológicas impostas pelos EUA nas suas relações e ações externas. A janela de oportunidade para tal mudança parece ter se encerrado no momento imediatamente posterior à derrubada de Morsi, mas ainda não se pode determinar se uma nova oportunidade para uma mudança fundamental na política externa egípcia irá começar a se delinear após a (suposta) nova transição para um governo eleito.

O presente trabalho se utiliza, para tanto, de inferência descritiva, nos termos de Gerring (2012). A variável dependente consiste nas mudanças na política externa egípcia no

---

<sup>3</sup> A nomenclatura geopolítica tradicional de “Oriente Médio” foi criada pelo estrategista estadunidense Alfred Mahan no início do século XX. O termo é discutido por Keddie (1973) e Dietl (2011) e apresenta diversos limites: agrupa países muito diversos (países árabes como o Egito, mas também Israel, Irã e Turquia; alguns países islâmicos, outros não, etc.); foi cunhado a partir da perspectiva ocidental; e foi modificado ao longo do tempo para atender a interesses diversos – como se pode perceber na nomenclatura “Grande Oriente Médio”, que surgiu nos EUA após o fim da URSS. Todavia, nenhuma outra nomenclatura é ampla o suficiente para designar a região compreendida do Egito ao Irã e da Turquia à península arábica. Dessa forma, o trabalho empregará o termo Oriente Médio, ainda que admitindo as suas limitações.

período analisado. As variáveis independentes são as dinâmicas da política doméstica do Egito, as características das elites nacionais, o contexto histórico, econômico e político nos campos regional e extra-regional, os interesses de atores externos e a mudança de regime. As variáveis intervenientes são as relações com os EUA e a percepção da posição egípcia no cenário internacional pelo grupo político no poder. Para instrumentalizar este estudo, foi realizada revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias sobre o assunto.

Especial atenção foi dispensada para os trabalhos de Charles F. Hermann (1990), Robert D. Putnam (1988), James N. Rosenau (1970), Kal Holsti (1970 e 1982), John W. Kingdon (1984), Pierre Milza (1996) e Kjell Goldmann (1982), que serviram como principais referenciais teóricos para a realização deste trabalho. Ademais, este trabalho se apoia nas obras de Osman (2010) e Al-Sayyid Marsot (2007) como base de análise histórica da política externa egípcia, além de utilizar-se, também, do trabalho de Brownlee (2012) para caracterizar as relações com os EUA e da obra organizada por Fawcett (2009), como forma de identificar a dinâmica política do Oriente Médio. Em relação à política externa egípcia, foram utilizados os trabalhos de Hinnebusch (2002), Dessouki (2008), e as análises mais recentes de Grimm e Roll (2012), Wenping (2012), Özkan (2013) e Shalabi (2013), entre outros.

O conceito de mudança e reorientação de política externa empregados correspondem à definição de Charles F. Hermann (1990), que estabelece quatro níveis distintos de mudança, da mais branda à mais radical:

- a) Mudanças de Ajuste constituem o primeiro nível: mudanças, sobretudo quantitativas, ocorrem no nível de esforço (maior ou menor); o que é feito e como é feito, assim como os propósitos se mantêm inalterados;
- b) Mudanças de Programa constituem o segundo nível: mudanças de caráter qualitativo são feitas nos métodos ou meios - instrumentos - através dos quais se lida com o problema ou objetivo; o que é feito e como é feito muda, mas os propósitos se mantêm inalterados;
- c) Mudanças de Problema/Objetivo constituem o terceiro nível: o problema ou objetivo inicial da política é substituído ou simplesmente abandonado e os próprios propósitos são alterados;
- d) Mudanças de Orientação Internacional constituem o quarto nível: envolvem o redirecionamento total da orientação do ator em assuntos externos; em contraste com as outras formas de mudança, que se relacionam à abordagem do ator em relação a apenas um assunto ou a um conjunto específico de outros atores,

envolvem uma mudança básica no papel e nas atividades internacionais do ator; muitas políticas são simultaneamente alteradas.

Para Hermann (1990), os três últimos níveis de mudança podem ser considerados redirecionamentos, ou seja, mudanças nos meios, fins ou na orientação geral.

A preocupação central de Holsti (1982), por outro lado, é a mudança mais fundamental e radical de política externa, a qual corresponderia à Mudança de Orientação de Hermann, que ele denomina reestruturação. Para Holsti, qualquer mudança menos intensa, incremental, e que se dá ao longo de um tempo mais longo, trata-se de uma mudança normal. A reestruturação, por outro lado, seria a alteração dramática no padrão de relações externas de um país. Tal alteração envolveria padrões de parceria e tipos de atividade (em setores funcionais e geográficos). O autor introduz também o conceito de reorientação, a qual se baseia na intenção de alterar a política externa de maneira significativa, ou seja, na intenção de realizar a reestruturação. Ainda, Holsti (1982) apresenta quatro tipos ideais de política externa: isolamento, dependência, autossuficiência e não-alinhamento/diversificação. Assim, a reestruturação resultaria na transição de um tipo para outro. Ademais, a figura de jogos em dois níveis de Putnam (1988), que explicita a interação entre política doméstica e diplomacia, é uma das premissas que permeia todo este trabalho, assim como a perspectiva de James N. Rosenau (1970) de que a política externa é dotada de um comportamento adaptativo. Finalmente, também será considerada uma importante contribuição teórica a concepção de “papel nacional” de Holsti (1970), que busca capturar a maneira como uma nação vê a si mesma e o seu papel na arena internacional, enfatizando a importância das percepções da elite acerca do papel nacional nas decisões de política externa. Nesse mesmo sentido, Milza (1996) destaca a importância da identidade nacional na política externa.

Para Goldmann (1982), estabilizadores determinam se entradas, ou *inputs*<sup>4</sup>, ao sistema de formulação de políticas vão de fato desencadear um processo de mudança de política. Eles determinam se as alterações na composição ou no balanço de poder dentro deste sistema conduzirão à sua reestruturação e, ainda, se e como tal reestruturação vai provocar uma mudança nas políticas. Logo, na ausência de estabilizadores, as políticas são altamente sensíveis às novas condições, ao *feedback*, e a fatores residuais. Os estabilizadores, portanto, reduzem essa sensibilidade, obstaculizando a mudança.

---

<sup>4</sup> O autor identifica três fontes de mudança política que geram os *inputs*. Uma possibilidade é que uma alteração na política seja provocada por uma alteração nas circunstâncias do ambiente, ou “condições”. Esse processo pode ser chamado de adaptação. Políticas também podem ser suas próprias fontes de mudança, isto é, a política pode mudar em resposta ao *feedback*, o que pode ser chamado de aprendizagem. No entanto, alguns casos de mudança de política não são nem adaptação nem a aprendizagem, portanto, pode-se dizer que elas são geradas por fatores residuais.

Esta pesquisa considera que, desde o estabelecimento da República (1952), o Egito teve sua política externa reestruturada, na acepção do termo para Holsti (1982), ou sofreu uma Mudança de Orientação, de acordo com a tipologia de Hermann (1990), em duas ocasiões (em 1954 e em 1979). Sob Gamal Abdel Nasser, ao longo década de 1950, o país se tornou uma forte liderança no Oriente Médio, sob a égide do pan-arabismo, e uma importante força no Movimento dos Não-Alinhados. Ainda, aproximou-se da URSS para conter a influência ocidental na região.

Ao longo dos anos 1970, Sadat rompeu com o pan-arabismo, promoveu a liberalização econômica e, após ter travado a Guerra do Yom Kippur em 1973, assinou os acordos de Camp David e o acordo de paz com Israel ao final da década. A partir de então, foi estabelecida uma duradoura aliança com os EUA. O governo de Mubarak foi marcado pela estabilidade e continuidade em termos de política externa, seguindo os objetivos estabelecidos por seu antecessor, realizando apenas Mudanças de Programa, de acordo com a tipologia de Hermann (1990). Com a Primavera Árabe, novas possibilidades em termos de formulação e implementação de política externa foram abertas.

Mubarak assumiu o governo egípcio como uma espécie de “tranquilizador” do país após os tumultuados governos de Nasser (1954-1970) e Sadat (1970-1981). No campo externo, a aliança com os EUA norteou a diplomacia do Egito. A assistência econômica e militar estadunidense condicionada à liberalização econômica e à gradual liberalização política foi fundamental à associação egípcia à *Pax Americana* no Oriente Médio. A parceria ficou evidente na mediação das negociações de paz árabe-israelenses e no apoio às iniciativas de contraterrorismo na região. Nesse sentido, sob Mubarak, o projeto de política externa de Sadat foi mantido. O Egito de Mubarak, que perdera o papel de liderança árabe ainda na administração anterior, buscou a reaproximação do mundo árabe e, em menor grau, da África, mas seguiu primordialmente voltado para o Ocidente (OSMAN, 2010).

O acordo de paz com Israel, assinado por Sadat em 1979, possibilitou um grande fluxo de empréstimos e assistência ocidentais ao Egito. Todavia, a partir da metade da década de 1980, devido à queda nos preços do petróleo, a situação econômica do país se deteriorou. Após falhar em mediar o conflito entre o Iraque e o Kuwait, o Egito participou da intervenção estadunidense e recebeu o perdão de parte de sua dívida. Ao longo dos anos 1990, uma série de medidas de liberalização da economia egípcia foi posta em prática. O Egito se tornou crescentemente dependente de assistência externa e foi tendo suas opções de política externa relativamente restringidas, ainda que, diferentemente de Sadat, Mubarak não tenha limitado a política externa egípcia ao alinhamento com os EUA, mantendo boas relações com as

potências europeias e com os vizinhos árabes e africanos. Ao longo da década de 2000, apesar do apoio aos EUA no combate a atividades terroristas, a assistência estadunidense ao Egito foi reduzida e a aliança começou a sofrer certa fricção e erosão (HINNEBUSCH, 2002, DESSOUKI, 2008).

Internamente, o *boom* populacional, o aumento da população jovem e o crescimento da classe média e do setor capitalista liberal geraram novas demandas, expondo a obsolescência do aparato governamental. Nem mesmo a inclusão da figura do filho de Mubarak no cenário político mitigou a crise política na qual o país mergulhou. Ainda, o setor capitalista industrial ascendente ganhou influência às custas das Forças Armadas, um ator central no cenário político do país. Verificou-se um maior descontentamento doméstico e menor aceitação da doutrina de política externa de Mubarak, principalmente em relação à aliança com os EUA e ao posicionamento diante do Oriente Médio (OSMAN, 2010).

Durante o governo Mubarak, a política externa egípcia manteve os propósitos estabelecidos por Sadat, havendo apenas mudanças nos instrumentos de política externa (como a reaproximação dos países árabes no início do seu governo). A aliança com os EUA se manteve estável, sofrendo desgaste somente a partir dos anos 2000. Após o período de transição que se seguiu à derrubada de Mubarak, durante o qual o Conselho Supremo das Forças Armadas governou o país, a eleição de Mohamed Morsi abriu a possibilidade de mudanças mais profundas. Infere-se que Morsi demonstrou vontade política para promover um maior redirecionamento da política externa, estabelecendo novos objetivos e uma nova postura a ser perseguida pelo país no sistema internacional.

Todavia, depreende-se que a instabilidade política e os constrangimentos econômicos não permitiram que a janela de oportunidade fosse aproveitada. Dada a conjuntura, teria sido impossível alienar interesses de parceiros tradicionais, mas houve o empenho diplomático na diversificação de parceiros, a resistência ao empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e às suas condicionalidades (preferindo-se recorrer a empréstimos junto a países com a China, a Líbia e o Catar) e o estabelecimento formal da intenção de buscar maior autonomia, reduzir a subordinação em relação a atores externos e retomar o papel de líder regional. Ainda, iniciou-se uma tentativa de reviver os círculos nasseristas (África, mundo árabe e mundo islâmico) (SHALABI, 2013). Contudo, a Primavera Árabe não logrou reduzir a influência dos militares na política do país. As Forças Armadas continuam a representar, em grande medida, o próprio Estado, o que possibilitou a derrubada de Morsi.

O presente trabalho está dividido em quatro partes: esta introdução, dois capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo são abordadas as reestruturações da política externa



egípcia sob Nasser e Sadat e as Mudanças de Programa do início do governo Mubarak, ao longo da década de 1980, levando-se em conta tanto os fatores internos quanto os externos. Realiza-se também um breve balanço sobre a continuidade que caracterizou a década de 1990. No segundo capítulo, são abordadas as novas Mudanças de Programa na política externa egípcia ao longo dos anos 2000, sob Mubarak, e o ensaio de mudança de orientação internacional de Morsi, de acordo com a tipologia de Hermann (1990), ou a reorientação, uma vez que a intenção ficou clara, de acordo com Holsti (1982). Finalmente, os resultados da pesquisa são apresentados na conclusão do trabalho, respondendo às hipóteses levantadas.

## **2 CONTINUIDADE E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA DO EGITO: DE NASSER A MUBARAK (1954-1999)**

Este capítulo analisará os processos de continuidade e mudança de política externa durante os governos de Gamal Abdel Nasser (1954-1970) e Anwar Sadat (1970-1981) e de cerca de duas décadas do governo de Hosni Mubarak (1981-1999). Inicialmente, serão analisadas as reestruturações da política externa egípcia - de acordo com o conceito de Holsti (1982) - ocorridas sob Nasser e Sadat. Em seguida, será abordado o ponto central do capítulo: a Mudança de Programa - de acordo com o conceito de Hermann (1990) - ocorrida ao longo da primeira década do governo Mubarak, seguida pela continuidade dos anos 1990.

É importante ressaltar que, sob Nasser, Sadat e Mubarak, a política externa do Egito estava restrita à figura do presidente e seus colaboradores mais próximos. Apesar das diferenças de orientação e estilo na condução dos assuntos externos, os três centralizaram o processo de execução da política externa. A influência de outros indivíduos no processo estava ligada a suas relações pessoais e ao seu acesso ao presidente. Portanto, o papel de maior destaque ocupado por Ismail Fahmi e Amr Moussa, ministros de relações exteriores de Sadat e Mubarak, respectivamente, reflete a relação de confiança estabelecida entre eles e os presidentes, e não uma mudança na função do ministério enquanto instituição (DESSOUKI, 2008).

A dinâmica do processo de tomada de decisão, todavia, era mais complexa, pois o presidente tinha de agir como árbitro, mediador e lobista em diferentes momentos. Em relação a outros países árabes, o Egito era um Estado desenvolvido organizacionalmente com uma sociedade dotada de intelectuais de diversas correntes ideológicas. Dessa forma, o presidente, apesar de sua autoridade, tomava decisões em um contexto institucional que moldava a formulação de opções e a maneira como essas opções eram feitas. Todavia, a diplomacia era altamente centrada na figura presidencial e o presidente podia agir sozinho sem consultar outros indivíduos ou instituições a não ser um restrito grupo de conselheiros se assim desejasse (DESSOUKI, 2008).

### **2.1 A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA SOB GAMAL ABDEL NASSER (1954-1970)**

A revolução que levou as Forças Armadas egípcias ao poder tem importância crucial para a História do país. O poder e a influência dos militares no Estado egípcio perpassam, em níveis variáveis, os governos de Nasser, Sadat, Mubarak e mesmo de Morsi (com a atuação indireta dos militares limitando a ação do presidente até a ação direta na sua derrubada), estendendo-se até a atualidade. Amos Perlmutter, em seus trabalhos “*Egypt: The Praetorian State*”, de 1974, e “*Political Roles and Military Rulers*”, de 1981, desenvolveu o conceito de “Estado pretoriano” aplicado ao caso egípcio. Para o autor, o termo se refere a um Estado no qual as Forças Armadas tendem a intervir no governo e têm o potencial de dominar o poder Executivo. Além disso, a liderança política de um Estado pretoriano advém principalmente dos militares, ou de grupos ligados a eles, e as Forças Armadas desempenham um papel dominante em todas as instituições políticas centrais (LUTTERBECK, 2012).

Ademais, Perlmutter (1974) identificou dois tipos de Exércitos pretorianos: o “árbitro” e o “governante”. Enquanto o primeiro busca limitar o regime militar e influenciar a política sem estar visível ao público, o segundo exerce a função de governante diretamente por períodos extensos. Empregando-se o conceito de Perlmutter, o papel dos militares no Egito atual seria o de “árbitro”. As áreas de formulação de políticas estavam, sob Mubarak, em grande parte, nas mãos de civis - mesmo que liderados por um ex-líder militar -, mas as Forças Armadas continuavam a ser um fator-chave no sistema político e, em particular em tempos de crise ou quando as Forças Armadas vêem os seus interesses fundamentais ameaçados, havia a possibilidade de que elas assumissem o poder e o controle direto de tomada de decisão política (LUTTERBECK, 2012).

Eric Nordlinger, por seu turno, propôs a tipologia que distingue o papel das Forças Armadas entre “governante”, “guardião” e “moderador” (LUTTERBECK, 2012). Kirk Beattie, em sua vasta obra sobre o Egito, indica que o padrão geral ao longo do tempo é a gradual retirada dos militares do governo direto, passando de “governante”, para “guardião” e, finalmente, “moderador”. O autor ainda ressalta que a quantidade de oficiais militares em postos-chave do governo passou por um estável declínio do governo Nasser ao governo Mubarak (HENRY; SPRINGBORG, 2010). Nesse sentido, Richards e Waterbury (2008) também apontam para o fato de que tecnocratas civis vêm desempenhando funções cada vez mais proeminentes na formulação de políticas e na economia do país.

Em 1952, após a revolução que derrubou o rei Farouk I, o Conselho do Comando Revolucionário (CCR) assumiu o poder no Egito. Em junho do ano seguinte, a república foi proclamada e Muhammad Neguib, general do Exército, tornou-se presidente e primeiro-ministro do país, pondo fim definitivo à monarquia ligada aos interesses britânicos. O

Movimento dos Oficiais Livres, responsável pela capitulação do antigo regime, contudo, possuía outra liderança, o jovem coronel Gamal Abdel Nasser, que discordava de Neguib em relação à transição de poder após a revolução. Nasser, ao contrário de Neguib, não acreditava que o comando do país devesse passar para as mãos de civis e, portanto, em conjunto com o CCR, isolou politicamente Neguib, que resignou em fevereiro de 1954. Ele ainda tentaria voltar ao poder, mas seria repellido definitivamente e condenado a prisão domiciliar por Nasser, que assumiria o seu posto, em abril do mesmo ano (MCNAMARA, 2003).

Em relação à política externa egípcia, a posição geopolítica do Egito possibilita duas visões. A primeira é a de que o seu relativo isolamento físico em relação aos seus vizinhos permitiria o isolamento político e o não envolvimento em assuntos regionais (DESSOUKI, 2008). A segunda é a de que, enquanto um Estado que liga as porções leste e oeste do mundo árabe-muçulmano, o Egito naturalmente buscaria a liderança regional (HINNEBUSCH, 2002). Ainda, em sendo o território egípcio uma ponte entre África, Ásia e Europa, sua política externa para a África e o mundo árabe deveria ser ativa (DESSOUKI, 2008). Sob Nasser, a posição estratégica do país possibilitaria a concepção dos “círculos nasseristas”. O Egito passou a se colocar como o Estado árabe no centro de três círculos - o árabe, o muçulmano e o africano - além de buscar conter a penetração das potências ocidentais na região (HINNEBUSCH, 2002).

De acordo com Fred Halliday (2005), foi precisamente a revolução de 1952 que permitiu que Guerra Fria adentrasse o mundo árabe. Foi esse momento que gerou o alinhamento dos Estados árabes ao Leste ou Oeste e que determinou a divisão entre eles. Nesse contexto, nos anos 1950, Nasser realizou a primeira reestruturação da política externa do país - de acordo com a tipologia de Holsti (1982) da dependência para o não-alinhamento/diversificação. O Egito passou a perseguir uma política externa não-alinhada e autônoma, pondo fim à subserviência aos interesses ocidentais.

Devido à forte influência ocidental no Oriente Médio e a confrontações com o Reino Unido, os EUA e a França (devido, sobretudo, ao apoio à independência da Tunísia, do Marrocos e da Argélia, além da assistência material e política à Frente de Libertação Nacional argelina - FLN), o Egito estreitou suas relações com a URSS. Dois pontos foram centrais nessa reestruturação: o embargo da venda de armas ao Egito pelas potências ocidentais entre 1954 e 1955 e o consequente acordo com a Tchecoslováquia e a recusa ocidental de ajudar o governo egípcio no financiamento da Represa Alta de Assuã (DESSOUKI, 2008). A principal causa para o cancelamento do financiamento ocidental (inclusive dos EUA) para a construção

da represa foi o reconhecimento da República Popular da China pelo governo egípcio (COOK, 2012).

Economicamente, o Egito passou por uma acelerada modernização no período nasserista. Realizou-se a reforma agrária, desenvolveu-se um robusto setor público por meio da criação de empresas estatais, de nacionalizações e da criação de empregos, e promoveu-se a industrialização do país. O significativo crescimento econômico resultante foi acompanhado pela distribuição de renda (OSMAN, 2010). Segundo Henry e Springborg (2010), os capitalistas nacionais que receberam nichos importantes na economia dominada pelo setor público sob Nasser formariam o núcleo do “capitalismo clientelista” que se estabeleceria mais tarde, durante o governo Sadat.

Em maio de 1955, após participar da Conferência de Bandung, na Indonésia, Nasser, que se tornaria um dos maiores representantes do Movimento dos Não-Alinhados, declarou que o “neutralismo positivo” seria o cerne da política externa egípcia. A medida se relaciona com a visão egípcia de que a proposta do Pacto de Bagdá<sup>5</sup>, que então tomava forma, seria uma tentativa das potências ocidentais de isolar o Egito. Ainda, quando da negociação do pacto, Israel lançara um ataque às forças militares egípcias na Faixa de Gaza (COOK, 2012). Nesse contexto, o primeiro ato diplomático de grande importância do governo de Nasser foi a rejeição do Pacto de Bagdá, como parte de seu esforço na retomada da identidade árabe e islâmica do Egito e na negação da subordinação ao Ocidente. Apesar dessa atitude, a política externa do Egito nasserista pode ser vista, em grande medida, como reativa a ameaças externas (HINNEBUSCH, 2002).

Em 1956, em resposta à retirada do apoio ocidental na construção da Represa Alta de Assuã, Nasser promoveu a nacionalização do Canal de Suez. A nacionalização foi seguida pelo desastroso ataque tripartite de França, Grã-Bretanha e Israel ao Egito, o que reforçou a imagem de Nasser enquanto “herói árabe” no Egito e no mundo árabe (OSMAN, 2010). Tanto os EUA, quanto a URSS, condenaram o ataque e o cessar-fogo foi mediado pela ONU, que criou e enviou a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF, sigla em inglês) para o país (AL-SAYYID MARSOT, 2007). A crise de Suez reforçou a percepção egípcia de ameaça de Israel e do Ocidente, o que reforçou a ambição do Egito de atingir a liderança árabe e de promover o pan-arabismo (HINNEBUSCH, 2002).

Em 1958, o presidente sírio e membros do movimento pan-arabista Ba'ath pressionaram Nasser por uma união total entre os dois países, buscando mitigar a ameaça

---

<sup>5</sup>O Pacto de Bagdá era uma aliança de defesa pró-ocidental estabelecida em 1955 entre Reino Unido, Turquia, Iraque, Irã e Paquistão (BIDWELL, 2010).

comunista que vinha sendo enfrentada internamente na Síria. Apesar de Nasser perceber o perigo de realizar a união com a Síria sem a devida preparação política, ele concordou em criar a República Árabe Unida, considerando-a como uma forma de dar o primeiro passo em direção à unidade árabe. Uma nova Constituição foi rapidamente adotada e Nasser foi eleito presidente da nova república. O otimismo inicial rapidamente deu lugar ao descontentamento popular na Síria, devido, sobretudo, à adoção de medidas socializantes que prejudicavam a burguesia síria, à substituição de sírios por egípcios nos centros de poder do país e à inadequação das estruturas políticas egípcias à sociedade síria. Em 1961, o comandante em chefe do Exército egípcio, Abdal-Hakin Amir, que havia sido enviado a Damasco por Nasser em um esforço de conciliação, foi expulso pelas Forças Armadas sírias, que haviam realizado um golpe de Estado, pondo fim à união (AL-SAYYID MARSOT, 2007).

Apesar do fracasso da união, em 1963, os governos iraquiano e sírio demonstraram interesse em realizar uma nova federação com o Egito. Após três rodadas de negociações, no dia 17 de abril, os três países anunciaram sua intenção de estabelecer a República Árabe Unida (mantendo o nome da união anterior entre Egito e Síria). Plebiscitos populares nos três países seriam realizados para que o estabelecimento da União fosse ratificado (PODEH, 2003). Todavia, devido a disputas entre as facções iraquiana e síria do Ba'ath, e a uma tentativa frustrada de golpe na Síria, que visava a substituir o governo por lideranças nasseristas pró-união, a iniciativa fracassou novamente (COOK, 2012).

Em relação ao “círculo africano”, o governo egípcio apoiou movimentos nacionalistas em diversos Estados da África desde meados dos anos 1950. Nasser criou o Comitê Supremo para supervisionar Assuntos Africanos e a Associação Africana, além de estabelecer a sede da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos no Cairo, além de apoiar Patrice Lumumba durante a crise do Congo (CHAZAN et al, 1992). Em 1961, em reação à reunião do Grupo de Brazzaville realizada em dezembro do ano anterior entre os Estados africanos francófonos ligados aos interesses franceses, Nasser compareceu a um encontro com líderes de outros seis países africanos em Casablanca, no Marrocos, para discutir a união do continente africano. Líbia, Gana, Guiné Conacri, Mali, Marrocos, o governo provisório da Argélia (FLN) e Egito defenderam a criação de uma entidade política federativa supranacional entre os Estados africanos. Esse conjunto de países, que advogava o pan-africanismo e a integração continental, ficou conhecido como Grupo de Casablanca (CHAZAN et al, 1992, MAKINDA; OKUMU, 2008).

Por outro lado, o Grupo de Monróvia, composto por governos conservadores como o de Camarões, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana, Gabão, Dahomey

(Benim), Etiópia, Libéria, Mauritânia, Níger, República Malgaxe (Madagascar), Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Somália, Togo, Tunísia, Alto Volta (Burkina Faso), advogava a defesa da soberania, a intangibilidade das fronteiras e a não-intervenção nos assuntos de outros Estados (FRANCIS, 2006, MAKINDA; OKUMU, 2008). Uma vez que a corrente gradualista, ou minimalista, foi vencedora, em 1963, nasceria a Organização da Unidade Africana (OUA), baseada nos princípios do Grupo de Monróvia, enterrando as propostas de integração política do Grupo de Casablanca, encabeçadas pelo líder ganês Kwame Nkrumah (MAKINDA; OKUMU, 2008).

Em 1962, militares republicanos no Iêmen, liderados pelo brigadeiro general Abdallah Sallal, realizaram um golpe de Estado contra a monarquia iemenita. Contudo, o imã Mahammed al-Badr, que governava o país, sobreviveu ao bombardeio realizado ao seu palácio e organizou uma insurgência contra a nova república. Além do apoio de grupos tribais do norte do país, al-Badr obteve a assistência financeira e militar da Arábia Saudita e da Jordânia. O grupo liderado por Sallal recorreu ao Egito para defender a república recém-implantada no país. O apoio egípcio às forças republicanas no Iêmen duraria por quase cinco anos, chegando ao fim somente quando da eclosão da Guerra dos Seis Dias em 1967. Entre 60.000 e 70.000 soldados e oficiais egípcios serviram no conflito iemenita e cerca de 26.000 morreram (COOK, 2012).

De acordo com Charles Smith (2009), a guerra de 1967 teve origem não só nas hostilidades diretas entre árabes e israelenses, mas também nas disputas e debates no interior do nacionalismo árabe. A questão palestina acabou envolvida nas disputas inter-árabes, com o Egito apoiando a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a Síria apoiando o Fatah. Diversas confrontações ocorreram entre Israel, Síria e Jordânia, mas a ameaça israelense de atacar a Síria foi o estopim para a ação egípcia. Movido pela intenção de afirmar sua posição de liderança do nacionalismo árabe, Nasser deslocou tropas para a península do Sinai, expulsou a UNEF do território e fechou o estreito de Tiran para navios de bandeira israelense em maio de 1967. Em junho, Israel atacou o Egito e, em seguida, a Jordânia e a Síria entraram no conflito.

As forças israelenses conquistaram e ocuparam a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, a península do Sinai, as Colinas de Golã e Jerusalém Oriental (SMITH, 2009). Cerca de 75% da força aérea egípcia foi totalmente destruída e o suporte principal do exército foi aniquilado (OSMAN, 2010). A derrota teve um impacto enorme não só sobre os recursos egípcios, mas sobre a legitimidade do regime nasserista e sobre a imagem de Nasser. Ao optar por agir na defesa da Síria contra Israel, o presidente egípcio buscou reafirmar os ideais do pan-arabismo,

mas a sua derrota teve um impacto ainda maior que a derrota na guerra de 1948, que contribuíra para a queda da monarquia egípcia. Esse processo contribuiu, à época, para o fortalecimento da identidade islâmica no Egito (KARAWAN, 2002).

Nas décadas de 1950 e 1960 o Egito era o único país dotado de capacidades econômicas e militares suficientes para exercer a hegemonia na região. O Egito de Nasser tomou a liderança do mundo árabe e assumiu a sua defesa contra Israel. Tal liderança aumentou sua importância estratégica, permitindo que o país buscasse extrair benefícios e recursos de ambas as superpotências. Entretanto, a derrota esmagadora em 1967 expôs o quanto as ambições de política externa nasseristas excediam a capacidade egípcia (HINNEBUSCH, 2002).

Nos últimos três anos de governo antes de sua morte, em 1970, Nasser se empenhou em reconstruir as Forças Armadas do país, no que teve grande sucesso; reatou as relações com a Arábia Saudita e a Jordânia e prosseguiu com a industrialização nacional (OSMAN, 2010). A partir do fim da Guerra de 1967, a política pan-árabe se subordinou a políticas pragmáticas. O Egito passou a ressaltar a solidariedade entre os países árabes contra Israel, pondo fim à Guerra Fria árabe, em troca de assistência financeira de países conservadores. Em 1969, Nasser lançou a Guerra de Atrito contra Israel visando à retomada do Sinai, mas, em 1970, acabou concordando com a solução negociada baseada no Plano Rogers<sup>6</sup>, proposto pelos EUA (HINNEBUSCH, 2002). A falta de institucionalização e a personificação do projeto nacionalista autônomo de Nasser facilitaram o seu abandono por seu sucessor, Anwar Sadat, após a sua morte (OSMAN, 2010).

## 2.2 A NOVA REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA SOB ANWAR SADAT (1970-1981)

O maior desafio da política externa do Egito, desde a proclamação da República, consiste em preservar a sua autonomia e segurança e, ao mesmo tempo, mobilizar recursos econômicos para o seu desenvolvimento, e essa questão ficou particularmente evidente sob Anwar Sadat. Um fator estrutural da política externa egípcia, fundamental para a compreensão das opções de política externa de Sadat, é a dependência econômica. Nasser,

---

<sup>6</sup> O Plano Rogers, elaborado pelo Secretário de Estado dos EUA, William Rogers, que defendia a retirada israelense dos territórios ocupados em 1967, a livre passagem de navios israelenses pelo Canal de Suez e o reconhecimento mútuo da soberania entre os dois países, entre outras medidas. Israel não concordou com o plano, mas o Egito aceitou negociar um acordo inspirado nele (ISRAEL, 2013).



convencido da importância da diversificação e da industrialização da economia egípcia, buscara diminuir as restrições que essa dependência econômica impunha à política externa do país. O antecessor de Sadat lograra diminuir tais limitações por meio do balanceamento entre Leste e Oeste, auferindo recursos de ambos os lados, sem abandonar sua política externa independente (HINNEBUSCH, 2002, BARNETT; LEVY, 1991). O novo presidente também iria extrair a “renda geopolítica” advinda da posição geográfica e política ocupada pelo Egito na região, mas veria sua autonomia em assuntos externos profundamente reduzida devido à aliança que estabeleceria com os EUA (HINNEBUSCH, 2002).

Após a morte de Nasser, em setembro de 1970, Sadat, que havia sido nomeado vice-presidente nove meses antes, assumiu o governo egípcio. Para muitos oficiais, incluindo a principal figura do partido governante (União Árabe Socialista), Ali Sabri, Sadat era uma boa escolha, pois, por parecer fraco, serviria como uma marionete dos oficiais nasseristas. Todavia, Sadat estava decidido a pôr fim às políticas interna e externa de Nasser, o que foi sinalizado no início de seu governo, por meio da revogação de reformas agrárias e da abertura da possibilidade de paz com Israel. Após a resignação em massa de Sabri e seus aliados nasseristas, que visava a desestabilizar o regime, eles foram presos por oficiais militares e de inteligência de segundo escalão recrutados por Sadat. Anunciava-se, dessa forma, o início de uma nova fase na política externa egípcia (BROWNLEE, 2012).

Após o fim da Guerra de Atrito, Sadat chegou a propor uma solução negociada do conflito com Israel, em 1971, que ele chamou de “ano de decisão”. Todavia, apesar da proposta diplomática de negociação da paz e da redução da percepção de uma ameaça real vinda de Israel, o Egito procurou reforçar alianças, sobretudo com a União Soviética e com outros Estados árabes. Sadat temia que a situação de deterioração econômica do país, resultante da diminuição dos fluxos de assistência, aliada ao arrefecimento da mobilização nacional contra a ameaça israelense, levasse ao fortalecimento de movimentos contestatórios ao regime. Sadat, portanto, procurou estreitar os padrões de alinhamento do Egito, a fim de aumentar o conjunto de recursos disponíveis (BARNETT; LEVY, 1991).

Em 1972, Sadat expulsou do país conselheiros soviéticos do governo egípcio, pois acreditava que isso não comprometeria o fluxo de ajuda econômica e militar, e ainda o aumentaria, o que de fato ocorreu (não só do governo anticomunista saudita, mas também dos próprios soviéticos) (BARNETT; LEVY, 1991). Hinnebusch (2002) vislumbra também uma tentativa de cortejar os Estados Unidos nessa medida. Ademais, o autor destaca que a estreita aliança com os Estados árabes produtores de petróleo, liderados pela Arábia Saudita - que buscava diminuir a dependência egípcia da URSS - além de disponibilizar recursos,

possibilitou uma aproximação dos EUA e o uso potencial da “arma do petróleo”, elementos fundamentais para que o Egito aumentasse seu poder de barganha frente a Israel.

Quando ficou claro para Sadat que os interesses do Egito não seriam respeitados até que se realizasse uma demonstração de força que pudesse mudar o *status quo* favorável a Israel e aos EUA, ele passou a considerar a guerra contra Israel. Nesse momento, houve uma aproximação da Síria, cujas Forças Armadas eram fundamentais para uma guerra em duas frentes. O governo egípcio desejava lutar uma guerra limitada, que permitisse que o mundo árabe se unisse em torno do país, desafiasse a posição israelense de expansão territorial e preparasse o terreno para uma solução da disputa negociada pelos EUA, forçando Israel a aceitar a via diplomática (HINNEBUSCH, 2002).

No dia 6 de outubro de 1973, Egito e Síria lançaram ataques coordenados sobre as Colinas de Golã e a Península do Sinai. Na noite do primeiro dia, a Síria retomou as Colinas e, seis dias mais tarde, o Sinai foi retomado pelo Egito. Israel, todavia, derrotou as forças sírias e, quando as forças egípcias foram socorrer seu aliado, realizou um contra-ataque ao Egito no Sinai, cruzando o Canal de Suez. A guerra, então, encaminhou-se para a vitória israelense, sobretudo devido ao enorme fluxo de armamentos enviados pelos EUA (mais do que o dobro do envio dos soviéticos a Egito e Síria). Quando os EUA promoveram o desengajamento de forças e o cessar-fogo entre Egito e Israel, o quadro territorial era diferente do de 1967, criando uma situação na qual a negociação se fazia necessária. O Secretário de Estado estadunidense, Henry Kissinger, acreditava que por meio de acordos limitados entre Síria, Egito e Israel, com poucas concessões israelenses, poderia se criar um clima de confiança que possibilitasse tratados de paz (FERABOLLI, 2009, SMITH, 2008).

Em setembro de 1973, antes do início da Guerra do Yom Kippur, os membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) já planejavam negociações com as empresas petrolíferas para elevar o preço do barril de petróleo para outubro daquele ano. Esses países buscavam conter a perda de poder de compra dos petrodólares (fruto da desvalorização da moeda estadunidense em razão da quebra de Breton Woods) e obter a saída de Israel dos territórios que havia ocupado em 1967 e a restauração dos direitos palestinos. Com o início da guerra, os membros da OPEP, ao terem seu pedido de aumento do preço da *commodity* negado pelas companhias, optaram por realizar a elevação unilateral dos preços, dando início à crise do petróleo. No ano seguinte, a medida teria fim, sem, contudo, ter atingido seus objetivos políticos (FERABOLLI, 2009).

Sadat aceitou o acordo conhecido como Sinai I, mediado pelos EUA, e os israelenses se retiraram da margem ocidental do Canal de Suez, mas os árabes perderam poder de

barganha à medida que a crise foi amenizada, o que gerou a deterioração das relações do Egito tanto com a Síria, quanto com a URSS, e a inviabilização da opção pela guerra. Posteriormente, o segundo acordo parcial, chamado de Sinai II, foi aceito por Sadat, a quem já não restava outra alternativa devido à dependência da diplomacia dos EUA na questão (HINNEBUSCH, 2002). Por meio desse acordo, o Egito recuperou mais uma parcela do seu território, mas só pode manter uma divisão militar no Sinai. As negociações para um acordo amplo de paz, contudo, ficaram paralisadas (BROWNLEE, 2012).

Um ponto muito importante para a compreensão da política para os países árabes de Sadat é o fato de que, diferentemente de Nasser, ele considerava a liderança regional como uma qualidade inerente ao Egito. Ou seja, apesar da aproximação dos países árabes no início dos anos 1970, Sadat acreditava que não era necessário perseguir uma política externa ativista no mundo árabe, como fizera seu antecessor. Ele considerava que a condução nasserista dos assuntos externos na região tinha custos muito altos e poucos benefícios, inclusive optando por dismantelar o aparato que permitia o exercício da influência egípcia no Líbano entre 1974 e 1975 (DESSOUKI, 2008). O Egito, dessa forma, viu-se cada vez mais isolado na região.

Concomitantemente, o país sofria uma crescente pressão de doadores ocidentais e instituições financeiras para realizar reformas econômicas liberalizantes, incluindo o fim dos subsídios sobre alimentos - o que levaria aos motins populares resultantes da alta do seu preço que abalariam o regime em 1977 (HINNEBUSCH, 2002). A partir de 1974, Anwar Sadat adotou a política de abertura da economia egípcia, ou *al-infitah*, com o objetivo de liberalizar a economia, aumentar a participação do setor privado e atrair investimentos estrangeiros (OSMAN, 2010).

Após a visita de Sadat a Jerusalém para um encontro com o primeiro-ministro israelense, Menachen Begin, que iniciaria as negociações de um acordo de paz, em 1977, os países árabes que se opunham mais fortemente à iniciativa se reuniram, em dezembro, em Trípoli. Entre eles estavam representantes da Líbia, Síria, Iêmen do Sul, Argélia, OLP e Iraque, que ao não conseguir impor sua liderança sobre o grupo acabou se retirando, alegando acreditar que uma linha mais forte deveria ser adotada. Na ocasião, foi adotada a Declaração de Trípoli, que se opôs ao unilateralismo egípcio e condenou as ações de Sadat por violarem os objetivos e princípios pan-árabes, cedendo aos interesses sionistas e ao imperialismo estadunidense. Esses países, juntamente com a OLP, formaram então a Frente Árabe de Firmeza e Confrontação e congelaram relações com o Egito. Em seguida, Sadat respondeu com o rompimento das relações diplomáticas com todos eles (BIDWELL, 2010, TAYLOR, 1982).

O Egito adotou a “diplomacia de choque” em relação a Israel e passou a assumir uma posição de contenção da penetração soviética na região, na esperança de obter o apoio diplomático e econômico dos EUA. Em 1978, Sadat suspendeu o pagamento da dívida à URSS, depois que essa recusou a renegociação. As relações econômicas entre os dois países, anteriormente muito densas, sofreram forte deterioração, sendo rompidas dois anos mais tarde. Com a Revolução Iraniana, em 1979, os EUA perderam um aliado fundamental na região, o Xá Reza Pahlevi, e o Egito, visto por Washington como seu melhor substituto, passou a se posicionar explicitamente como defensor regional dos interesses estadunidenses, inclusive realizando manobras militares conjuntas e enviando contingentes militares para apoiar regimes pró-ocidentais, como o do Zaire (HINNEBUSCH, 2002, BROWNLEE, 2012). Os EUA, a partir desse momento, passam a agir como um estabilizador, de acordo com o conceito de Goldmann, da política externa egípcia.

Os acordos de Camp David, negociados em 1978, por iniciativa de Sadat, entre Egito, Israel e EUA, levariam à assinatura do Tratado de Paz entre Egito e Israel em 1979, livrando o Canal de Suez das zonas de guerra. Sob a óptica de Alexandre Roche (2012), o ano de 1979 é essencial para se compreender o Oriente Médio que emergiria no pós-Guerra Fria. De acordo com o autor, o ano marca, além das mudanças de alianças resultantes da revolução no Irã, o alinhamento definitivo do Cairo com Washington, estabelecendo o Egito como “guardião” dos interesses e da influência estadunidenses no Oriente Médio.

De acordo com Feraboli (2009), a paz entre Israel e Egito não foi apoiada pela Arábia Saudita, pondo fim aos anos de triangulação Cairo-Riad-Washington (1973-1977), que só seria retomada quando da Guerra do Golfo em 1991. Os sauditas, que acreditavam que seu papel como intermediário entre Sadat e os EUA era necessário, perceberam que dada importância do Egito para a estratégia estadunidense na região, o eixo Cairo-Washington não precisava da sua chancela. O presidente egípcio, por sua vez, esperava que sua relação direta de aliado dos EUA compensaria a perda da assistência saudita após Camp David, o que de fato ocorreu. A paz com Israel trouxe a expulsão do Egito da Liga Árabe e a transferência de sua sede do Cairo para Túnis e provocou o rompimento de relações com quase todos os Estados árabes, mas fez com que o Egito se tornasse o segundo maior receptor de ajuda externa estadunidense, atrás apenas de Israel.

Em 1980, após a invasão do Afeganistão pela URSS e em meio à crise dos reféns na embaixada dos EUA em Teerã, Sadat ofereceu ajuda ao presidente estadunidense Jimmy Carter. Antigos armamentos soviéticos foram enviados pela CIA (*Central Intelligence Agency*) do Egito para os combatentes anti-soviéticos e bases aéreas egípcias foram usadas

como apoio à missão Operação *Eagle Claw* na tentativa de resgate – que acabaria fracassando – dos reféns no Irã. O ano também marcou o início dos exercícios militares bianuais conjuntos entre os dois países, denominados Operação *Bright Star* (BROWNLEE, 2012).

A reestruturação realizada por Sadat transformou a orientação da política externa do Egito novamente, desta vez do não-alinhamento/diversificação em direção à dependência, revertendo a reestruturação nasserista. O presidente enfrentou forte oposição interna devido à assinatura da paz com Israel. Apesar de a Irmandade Muçulmana<sup>7</sup> ter sido reabilitada por Sadat (ainda que ele tenha mantido a proibição sobre a sua atuação enquanto partido político), após ter sido colocada na ilegalidade por Nasser, o agrupamento fez coro às críticas dos nacionalistas do Novo *Wafd*<sup>8</sup> e dos nasseristas à postura de Sadat. Em 1981, em meio ao que foi chamado pelo jornalista egípcio, Mohamed Heikal, de “Outono de Fúria” dos egípcios contra as políticas doméstica e externa de Sadat, o presidente foi assassinado publicamente por militares membros do Jihad Islâmico egípcio<sup>9</sup> e o vice-presidente, o marechal-do-ar e veterano da guerra de 1973, Hosni Mubarak, assumiu o cargo (OSMAN, 2010, MANDAVILLE, 2009).

### 2.3 AS MUDANÇAS DE PROGRAMA INICIAIS E O PERÍODO DE CONTINUIDADE DOS ANOS 1990 SOB HOSNI MUBARAK (1981-1999)

Quando Hosni Mubarak assumiu a presidência, a aliança com os EUA foi mantida inalterada. Todavia, o novo líder não compartilhava da perspectiva de Sadat acerca da centralidade dos EUA no sistema internacional, admitindo, por sua vez, a importância de diversos outros países no cenário internacional e da manutenção de boas relações com eles. Portanto, fazia-se necessário estabelecer relações com todas as grandes potências, sem, contudo, gerar confrontações com Washington. Nesse sentido, há uma aproximação dos

---

<sup>7</sup>A Irmandade Muçulmana é uma organização política islâmica criada em 1928 por Hassan Al-Banna, que buscava aliar o pensamento religioso tradicional à modernidade que se instalava no Egito no início do século XX. A organização cresceu rapidamente, mas foi posta na ilegalidade por Nasser em 1954, o que resultou em uma diáspora de alguns de seus membros e na sua ramificação (OSMAN, 2010).

<sup>8</sup>O *Wafd* era um partido político nacionalista liberal criado em 1919. Foi o partido político mais influente no Egito nas décadas de 1920 e 1930, mas acabou dissolvido em 1952 (OSMAN, 2010). Em 1978, foi fundado o Novo *Wafd* (DESSOUKI, 2008).

<sup>9</sup>O Jihad Islâmico é um grupo militante islâmico criado nos anos 1970, que defendia a derrubada do governo secular e o estabelecimento do Estado islâmico no Egito. Em 1995, o grupo realizou a tentativa de assassinato de Hosni Mubarak na Etiópia. Em 2001, o grupo associou-se a al-Qaeda (FLETCHER, 2008).

países europeus ao longo dos anos 1980 e 1990 (DESSOUKI, 2008), uma vez que Mubarak admitia a assimetria da aliança com os EUA (HINNEBUSCH, 2002).

Além disso, um dos primeiros objetivos de Hosni Mubarak era tirar o Egito do isolamento em que ele mergulhara no governo anterior, esforçando-se para promover a reaproximação com os Estados árabes e, em menor medida, com a África. O presidente egípcio comparecia regularmente às cúpulas da Organização da Unidade Africana e mediou conflitos como o da Namíbia<sup>10</sup> e disputas como a do Senegal com a Mauritânia<sup>11</sup>. O esforço diplomático egípcio rendeu frutos, pois, em 1989, o país já havia reatado relações com a maioria dos países árabes e foi readmitido na Liga Árabe, cuja sede foi transferida de volta para a capital egípcia (DESSOUKI, 2008).

Logo, pode-se afirmar que os propósitos e o alinhamento básico da política externa egípcia se mantiveram inalterados, mas Mudanças de Programa foram realizadas. Houve alterações qualitativas feitas nos instrumentos de política externa, ou seja, buscou-se novamente estabelecer canais de comunicação com a região e com as outras potências, mas a aliança com os EUA e a aquiescência à sua política no oriente Médio – pilares da atuação externa egípcia a partir de Sadat – foram mantidos. Ademais, Mubarak sabia que a assistência econômica estadunidense, que assegurava a segurança econômica do Egito, era profundamente dependente do seu papel como um parceiro regional ativo. Dessa forma, fazia-se impossível manter a política do “Egito Primeiro”<sup>12</sup> de Sadat, sem levar em conta o seu entorno.

Nesse sentido, fica evidente a contradição presente na política externa egípcia em relação aos EUA. Como descrito por Hinnebusch (2002), era a centralidade do Egito no mundo árabe que, em grande medida, lhe tornava útil aos EUA. Todavia, devido justamente à aliança estratégica com Washington, o Egito não seria capaz de atingir o status de liderança árabe que possuía à época de Nasser. Assim, Mubarak conformou-se em liderar um Egito moderador e estabilizador, em oposição a um Egito líder regional, buscando estabelecer boas

---

<sup>10</sup>A Namíbia buscava pôr fim à ocupação sul-africana do seu território. Em 1988, com o apoio de Angola, a Namíbia logrou derrotar as forças da África do Sul, obtendo a sua independência dois anos mais tarde (VISENTINI et al, 2012).

<sup>11</sup>Os dois países disputavam os direitos sobre o Rio Senegal e, após romperem relações diplomáticas, quase entraram em guerra em 1989 (VISENTINI et al, 2012).

<sup>12</sup> Linha de política externa egípcia adotada por Sadat, quando a identidade egípcia foi posta em primeiro lugar, relegando a árabe ao segundo plano. O Egito passou a se preocupar mais com a estabilidade interna do que com a solidariedade e o respeito às aspirações árabes. Dessa forma, houve uma flexibilização da sua atuação externa, que deixou de estar ligada a um cálculo que envolvesse necessariamente os interesses de outros Estados árabes (KARAWAN, 2002).

relações com todos os governos árabes, desde os nacionalistas, como Líbia e Síria, até os conservadores produtores de petróleo, como a Arábia Saudita.

Ao longo da década de 1980, o Egito adotou uma “paz fria” com Israel para possibilitar a sua reaproximação com o mundo árabe. Além disso, Egito e Israel percebiam o acordo de paz entre eles de maneiras diferentes. Enquanto o governo israelense entendia Camp David como o início da normalização das relações bilaterais, incluindo questões econômicas sociais, turísticas, etc.; o Cairo encarava o fim do conflito como a retirada de um fardo econômico e o redirecionamento de recursos para o desenvolvimento econômico, assim como a conquista da estabilidade e a garantia da assistência estadunidense (DESSOUKI, 2008).

Ademais, Mubarak procurou fazer com que o Egito desempenhasse um papel fundamental como mediador regional no conflito árabe-palestino, facilitando as negociações para uma solução equitativa, dado que ele se tratava do único Estado árabe com boas relações com Tel Aviv. Entretanto, a margem de manobra egípcia era limitada devido ao apoio estadunidense à Israel. Mubarak se manteve passivo quando Israel bombardeou o reator nuclear iraquiano em 1981 e o quartel-general da OLP em Túnis, em 1985. Para Washington, o Cairo deveria agir como um facilitador para a sua inserção no Oriente Médio, além de uma força estabilizadora contra o radicalismo antiocidental e a favor da aceitação do Estado de Israel pelos países árabes (HINNEBUSCH, 2002).

Em 1980, após a Revolução Iraniana, o governo iraquiano, que havia expulsado o Aiatolá Khomeini de Bagdá em 1978, decidiu invadir o Irã, em meio a tensões crescentes entre os dois países devido a questões fronteiriças e ao temor de Saddam Hussein de que o Irã “exportasse” a revolução islâmica. O ataque iraquiano, contudo, não logrou desestabilizar o regime do Irã, apesar do apoio dos EUA – que também tinham interesse na derrubada do novo regime de Teerã e passaram a ver no Iraque um potencial novo gendarme para a região - via fornecimento de armamentos. Os EUA chegaram mesmo a fazer uso de sua Marinha para proteger petroleiros da Arábia Saudita e do Kuwait de eventuais ataques iranianos, envolvendo-se mais diretamente no conflito. Em 1988, a guerra teve fim, quando o Irã aceitou a resolução do Conselho de Segurança da ONU, que exigia o cessar-fogo (SLUGLETT, 2009, GAUSE, III, 2009).

Em julho de 1990, o presidente iraquiano Saddam Hussein deslocou duas divisões da Guarda Republicana para a fronteira com o Kuwait, sob a justificativa de que o vizinho era responsável pela queda nos preços do petróleo devido à sua superprodução. Os Estados Unidos - com a ajuda de seus aliados, Egito e Arábia Saudita – empreenderam uma iniciativa

diplomática na tentativa de fazer Hussein recuar, mas não tiveram êxito. Segundo Hinnebusch (2002), nesse momento, o Egito demonstrou ineficiência mesmo como moderador na região. O Kuwait foi anexado pelo Iraque em poucas horas, sem enfrentar uma reação significativa. A Arábia Saudita, o Bahrein, o Catar, os Emirados Árabes Unidos e Omã encontravam-se sob a ameaça direta do exército iraquiano (ROCHE, 2012). Os EUA, que desejavam posicionar suas tropas na Arábia Saudita, uma vez que acreditavam que poderia haver uma ameaça iraquiana sobre esse território, perceberam que seria impossível agir contra o Iraque sem o apoio de uma coalizão árabe (BROWNLEE, 2012).

Nesse contexto, o Egito, além de liberar o uso pelas Forças Armadas estadunidenses do Canal de Suez, do seu espaço aéreo e de suas bases para reabastecimento e transporte, logrou obter uma maioria de países membros da Liga Árabe, em uma reunião emergencial da organização, dispostos a defender os sauditas. O estabelecimento de forças na Arábia Saudita, denominado Operação *Desert Shield*, que mais tarde, quando da ofensiva ao Iraque em 1991, tornar-se-ia a Operação *Desert Storm*, foi, portanto, possibilitado por Mubarak. Ademais, 35 mil soldados egípcios também foram enviados à Arábia Saudita. Ainda que, assim como as forças sauditas, as forças árabes não tenham combatido soldados iraquianos, elas foram as primeiras a entrar na capital do país e a defendê-la após a liberação, evitando a aparência de ocupação ocidental (BROWNLEE, 2012, COOK, 2011).

Na análise de Osman (2010), a invasão do Kuwait é um significativo exemplo de uma oportunidade de assumir a liderança que o Egito não aproveitou. O país, que recém havia sido “readmitido” no mundo árabe, perdeu a chance de desempenhar um papel de liderança na disputa, contentando-se com uma participação subordinada e permitindo, em conjunto com os sauditas, que os EUA se tornassem os defensores dos países árabes. O regime egípcio, portanto, não foi capaz, ou não estava disposto, a reavivar a sua posição de liderança na ocasião, não formulando uma política propositiva, mas seguindo o comando estadunidense na região.

Seu maior objetivo na disputa, dessa forma, tornou-se o convencimento do cancelamento de sua dívida externa pelos EUA e países do Golfo (OSMAN, 2010). O Egito teve uma dívida de US\$ 6,7 bilhões perdoada por Washington e mais US\$ 7 bilhões perdoados por Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e pelo Conselho de Cooperação do Golfo<sup>13</sup>. Ademais, após o êxito da ofensiva que promoveu a retirada do Iraque do Kuwait, os credores do Clube de Paris aceitaram cancelar 50% da dívida egípcia (o

---

<sup>13</sup>O Conselho de Cooperação do Golfo é um bloco econômico e político criado em 1981, que conta com seis membros: Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein e Omã (GCC, 2013).



equivalente a US\$ 10,1 bilhões) e renegociar a outra metade. Desde 1979, o Egito não lucrava tanto com a cooperação securitária com os Estados Unidos (BROWNLEE, 2012).

Ainda em 1991, os Estados Unidos lideraram a iniciativa para realizar a Conferência de Madri, buscando fazer avançar o processo de paz árabe israelense. Reuniram-se os EUA, a URSS - já em vias de dissolução -, Israel, a Jordânia, a Síria, o Egito, o Líbano e a Arábia Saudita. A liderança da OLP não foi convidada à conferência devido ao seu apoio ao Iraque após a invasão do Kuwait. Portanto, a delegação palestina, formada por residentes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, compareceu como uma delegação conjunta com a Jordânia. Foi nessa reunião que as partes iniciaram um diálogo direto e foi estabelecida a negociação em dois trilhos: um árabe-israelense e outro palestino-israelense. A participação de Mubarak foi instrumental para o sucesso da conferência, uma vez que ele foi responsável por convencer o governo sírio a se reunir e negociar com Israel pela primeira vez (BROWNLEE, 2012, SHLAIM, 2009). A partir de então, o Egito mediaria todas as negociações subsequentes entre árabes e palestinos.

O fim da Guerra Fria havia diminuído a importância do exército egípcio para a segurança regional e a geoestratégia dos EUA (BROWNLEE, 2012). Dessa forma, após o desmantelamento da União Soviética, Mubarak apressou-se em reposicionar o Egito como aliado dos EUA frente a seu novo inimigo: o terrorismo islâmico (HINNEBUSCH, 2002). Depois do ataque a bomba à Torre Norte do World Trade Center em 1993, liderado por Ramzi Youssef, ex-combatente anti-soviético no Afeganistão, cujo mentor espiritual era o clérigo egípcio Omar Abdel Rahman, o governo Clinton deu às forças de inteligência egípcias um papel central na luta contra o radicalismo islâmico. Omar Suleiman, então chefe do serviço de inteligência egípcio, liderou essa tarefa. O serviço secreto egípcio, que anteriormente se ocupava somente de coletar inteligência no exterior, passou a ser responsável também pela supervisão da segurança doméstica, realizando a detenção de suspeitos de terrorismo no Egito - sobretudo membros do Jihad Islâmico - e recebendo suspeitos capturados pelos EUA (BROWNLEE, 2012).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, o Egito recebeu grandes quantias em assistência econômica e militar dos EUA. No entanto, no final dos anos 1990, o Congresso estadunidense começou a reduzir a assistência para o Egito e Israel, no âmbito de um acordo de dez anos assinado à época, denominado *Glide Path Agreement*. A assistência econômica e militar dos EUA que, em 1986 chegou a US\$ 2,5 bilhões, caiu para US\$ 2 bilhões em 1999 e cairia ainda mais ao longo dos anos 2000 (SHARP, 2013). A assistência estadunidense, condicionada à liberalização econômica e - ao menos oficialmente - à liberalização política, fez com que o

Egito assinasse, em 1996, um acordo com o FMI que envolvia diversas medidas de liberalização comercial (DESSOUKI, 2008).

## 2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

É necessário compreender que as duas reestruturações ocorridas na política externa do Egito, desde a revolução que levou à república, sob Nasser e Sadat, foram possíveis naqueles momentos devido a janelas de oportunidade que se apresentaram. No caso de Nasser, o processo revolucionário que o levou ao poder e a mudança de regime propiciaram a mudança radical do rumo da política externa do Egito. Além disso, o contexto internacional de lutas nacionais por autonomia e independência de diversos países do Terceiro Mundo, simbolizado pelo auge do Movimento dos Não-Alinhados, aliado às reformas internas e ao apoio popular ao pan-arabismo, possibilitou essa reestruturação e a sua manutenção durante o governo de Nasser.

No período subsequente, durante a presidência de Sadat, assistiu-se ao início da “Nova Guerra Fria”, segundo a caracterização de Vizentini (2006), quando houve o acirramento dos conflitos na região e o balanceamento entre os EUA e a URSS – tal como ocorrera sob Nasser – deixou de ser uma opção. Em 1979, eclodiu a Revolução Iraniana, alterando a correlação de forças e as alianças no Oriente Médio, e, no mesmo ano, foi acordada a paz com Israel. Sadat já percebia os EUA como um ator fundamental no Oriente Médio, e esforçou-se em obter um lugar privilegiado na política externa estadunidense para a região, levando o país de volta de um caminho de não-alinhamento/diversificação para a dependência.

Quando Mubarak assumiu o governo egípcio, a aliança com os EUA, já bem estabelecida, foi mantida, apesar de certas Mudanças de Programa adotadas, como a reaproximação do mundo árabe. Com o fim da Guerra Fria, o Egito, um dos maiores receptores de assistência dos EUA no mundo, manteve o alinhamento geral da sua política externa, de maneira inercial, ao longo dos anos 1990. Evidentemente, Washington agiu como um poderoso estabilizador (de acordo com o conceito de Goldmann) no processo de continuidade da política externa egípcia. De acordo com Brownlee (2012), a influência dos Estados Unidos sobre os tomadores de decisões egípcios se estendia muito além de uma relação bilateral, pois, dados os interesses de ambos os lados, Washington atuava mais como uma parte da coalizão governante no Egito do que como um ator externo.

### **3 CONTINUIDADE E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA DO EGITO: DO FINAL DO GOVERNO MUBARAK À DERRUBADA DE MORSI (2000-2013)**

Este capítulo analisará os processos de continuidade e mudança de política externa durante a última década do governo de Hosni Mubarak (2000-2011) e o breve governo de Mohamed Morsi (2012-2013). Inicialmente, serão analisadas as novas Mudanças de Programa na política externa egípcia, que começaram a se delinear no último decênio da presidência de Mubarak (2001-2011). Em seguida, uma breve análise do processo de mudança de regime, no contexto da “Primavera Árabe” – dos eventos que levaram à queda de Mubarak, passando pelo período de governo do Conselho Supremo das Forças Armadas, até a eleição Morsi – será realizada. Finalmente, o trabalho se concentrará em determinar se há evidências suficientes que demonstrem que Morsi tinha a intenção de empreender uma mudança profunda na política externa do país, aprofundando as mudanças de Mubarak. Ainda, será investigado se a queda do presidente eleito encerrou o processo de mudança diplomática que parecia se desenrolar.

#### **3.1. AS LINHAS DE CONTINUIDADE E AS MUDANÇAS DE PROGRAMA DOS ANOS 2000 SOB MUBARAK (2000-2010)**

De acordo com Dessouki (2008), ao final dos anos 2000, a política exterior do Cairo parecia estar sofrendo uma espécie de revisão. Os objetivos fundamentais da política não foram alterados, mas novos meios de implementá-los, assim como novos papéis, pareciam estar sendo assumidos. A elite política egípcia mostrava sinais de divisão e, domesticamente, demandava-se uma maior assertividade na região. Segundo Hassan Nafaa (2010), a estável política externa egípcia teria perdido sua consistência ao longo dos anos 2000, e o país estaria perdendo gradualmente sua capacidade de assegurar e proteger áreas vitais, tanto a nordeste (Levante), quanto ao sul (região da Bacia do Nilo). Isso teria se dado devido aos eventos e interações interestatais na região, que não teriam sido acompanhados por uma formulação de política externa que respondesse eficientemente a essas mudanças. Nesse sentido, Mubarak buscaria conformar a sua diplomacia, na medida do possível, a um novo contexto histórico e político na região nos últimos anos de sua presidência.

Na frente sul, era possível identificar duas questões preocupantes: a divisão do Sudão, e a instabilidade daí advinda, e a pressão dos outros países da Bacia do Nilo sobre o Egito.

Tais países almejavam a revisão dos acordos que regulam a distribuição das águas do rio, devido à sua demanda crescente por recursos hídricos. Na frente nordeste, a situação egípcia também não era favorável. Israel, buscando obter mais concessões e assegurar superioridade estratégica no conflito árabe-israelense, também pressionava o Egito nas negociações de paz. Após o fracasso da iniciativa de Oslo, houve o enfraquecimento e a fragmentação do movimento nacional palestino. Depois da parcial retirada israelense da Faixa de Gaza, em 2007, a área passou a ser de fato governada pelo Hamas<sup>14</sup>, organização política ligada à opositora Irmandade Muçulmana e considerada pelo governo Mubarak como inimiga. Ademais, o acordo de paz egípcio-israelense, ainda que impusesse a neutralidade ao Cairo, não obrigava Tel Aviv a manter uma boa conduta em relação às outras partes do conflito. Consequentemente, o governo egípcio se mostrou incapaz de controlar as interações na região, sendo suas atitudes muitas vezes percebidas pelos outros países árabes como pró-Israel, como ocorreu durante os conflitos no Líbano em 2006 e na Faixa de Gaza na segunda metade da década de 2000 (NAFAA, 2010).

A incapacidade egípcia de controlar a situação dentro de sua área vital redundou na perda de sua influência nos círculos mais amplos de sua política externa: países árabes, africanos, e islâmicos. A capacidade do Egito para liderar o mundo árabe, seja sozinho ou em conjunto com a Síria e a Arábia Saudita, sofreu forte redução no período. Ademais, sob a presidência de Mubarak, o continente africano foi negligenciado quase que inteiramente na política externa egípcia (NAFAA, 2010). A influência egípcia deixou de ser significativa no continente em comparação a outras economias emergentes, como a África do Sul e sua influência no âmbito da União Africana também foi fortemente reduzida, em comparação a outros países árabes, como Líbia e Argélia.

A situação era semelhante no mundo islâmico, onde a influência egípcia diminuiu em relação a países como Arábia Saudita, Irã e Turquia. Essa queda deixou um vácuo de poder que poderia vir a ser preenchido por três países não-árabes concorrentes: Israel, Irã e Turquia (NAFAA, 2010). Essas tendências de declínio do seu papel e status históricos, ou condições, de acordo com o esquema de Goldmann (1982), foram percebidas pelo governo, que buscou então, na medida do possível, alterar certos aspectos de sua política externa. Um fator fundamental nessa perda de importância enquanto liderança regional se deve à aliança com os EUA.

---

<sup>14</sup> Organização política palestina sunita, dotada de um braço armado, fundada em 1987.

As relações bilaterais entre Egito e EUA são caracterizadas por uma interdependência assimétrica, na qual a capacidade do Cairo para recrutar ajuda externa em um nível que lhe permita agradar a importantes setores domésticos depende de sua capacidade de colocar-se como aliado de Washington em suas políticas regionais. Isso se dá através da concessão de acesso ao seu potencial econômico, do apoio a esforços diplomáticos dos EUA no conflito árabe-israelense e da facilitação, através de exercícios conjuntos e da cessão do direito de passagem para aviões e navios de guerra estadunidenses, da presença militar dos EUA na região. Em troca, o Cairo podia contar com a disposição de Washington de perdoar parte de sua dívida externa em momentos de necessidade e fornecer um apoio generoso ao seu orçamento militar (BERGER, 2010).

Portanto, após o fim da Guerra Fria, os EUA concederam ao Egito o papel bastante proeminente de “Estado pivô”<sup>15</sup>, cuja influência positiva ajudaria a estabilizar a região, continuando a levar em consideração a sua importância geoestratégica central. Nesse sentido, o governo de Mubarak contava com a manutenção de algum tipo de crise no Oriente Médio - fosse causada pela contínua intervenção dos EUA na região, a exemplo do confronto com o Iraque, fosse uma continuação, em um nível administrável, do conflito árabe-israelense. Qualquer retirada dos EUA, com base na mudança dos seus interesses ou na estabilização sustentável da região, constituiria uma grave ameaça à capacidade do Cairo de auferir rendas estratégicas (BERGER, 2010). É exatamente esse paradoxo que permeia a política externa egípcia desde então.

Segundo Brownlee (2012), de maneira paradoxal, os atentados de 11 de setembro de 2001, ao mesmo tempo em que ocasionaram o incremento da cooperação securitária entre EUA e Egito, engendraram uma retórica de “promoção da democracia” no Oriente Médio por parte dos EUA. Todavia, apesar da maior ênfase em relação a questões como democracia e direitos humanos na região no discurso oficial estadunidense sob George W. Bush após o atentado ao World Trade Center, a relação com o regime de Mubarak se manteve praticamente inalterada.

Ao longo dos anos 2000, portanto, os desentendimentos entre Bush e Mubarak ocorreram muito mais em função da política regional dos EUA - as reservas de Washington quanto a negociações diretas de paz entre Israel e Palestina e a hesitação em relação às

---

<sup>15</sup> O conceito de Estado pivô foi criado pelo geógrafo Halford Mackinder entre o final do século XIX e o início do século XX e designa um país que possui a capacidade de afetar não só a sua região, mas a estabilidade internacional. Na estratégia dos EUA, o conceito é empregado para países cujo sucesso ou fracasso pode influenciar de maneira poderosa o futuro do seu entorno, assim como os interesses dos EUA. O Egito é, portanto, um Estado pivô na estratégia estadunidense (CHASE, HILL, KENNEDY, 1996).

invasões do Afeganistão e do Iraque por parte do Cairo -, do que devido a questões de política interna do Egito. A discordância em relação à “promoção da democracia” no Egito na verdade estava restrita à decisão de como realizar a sucessão de Mubarak de maneira a manter o regime. Enquanto os conselheiros de Bush defendiam um sucessor confiável e experiente, como Omar Suleiman, Mubarak desejava preparar seu filho para substituí-lo. O governo egípcio, contudo, esperava ter sua posição como importante mediador no processo de negociação da paz entre Israel e Palestina reconhecida (BROWNLEE, 2012).

O Egito foi um participante-chave na estratégia estadunidense na guerra ao terror de maneira ampla e na Operação *Enduring Freedom* no Afeganistão, tanto em termos de cooperação em inteligência, quanto em termos de permissão do acesso das Forças Armadas do EUA a pontos estratégicos do seu território, como o Canal de Suez (OSMAN, 2010). Durante a Guerra do Afeganistão, além de reunir informações sobre a al-Qaeda, o Egito concedeu aos EUA direito de sobrevoo do seu território para facilitar a passagem para o Golfo Pérsico (BROWNLEE, 2012). Também no caso do Iraque, apesar da oposição pública e da contrariedade de Mubarak em relação à invasão, o Cairo prestou importante apoio logístico e de inteligência a Washington (OSMAN, 2010).

Em 2003, o serviço de inteligência egípcio forneceu “evidências” que corroborariam a assertiva de que o governo de Saddam Hussein teria ligações com a al-Qaeda e possuiria armas químicas e biológicas, por meio da confissão do líbio Ibn al-Shaykh al-Libi, após a sua captura por forças paquistanesas e posterior envio ao Egito, já sob custódia do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), em 2001. Ademais, o Egito ofereceu uma alternativa quando a Turquia - ainda que membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da “Coalizão dos Dispostos”<sup>16</sup> - obstaculizou a utilização do seu território e bases para o ataque. Mais tarde, quando ficou claro que o Iraque não possuía armas de destruição em massa, o governo Bush retomou o discurso da “promoção da democracia” no Oriente Médio. A população egípcia se mostrou majoritariamente contrária à invasão do Iraque e as maiores manifestações de insatisfação desde 1977 tiveram lugar na Praça Tahrir. Egípcios de diversas correntes ideológicas protestaram contra a hegemonia estadunidense e pela solidariedade árabe e o orgulho nacional (BROWNLEE, 2012).

---

<sup>16</sup> Coalizão formada pelos países dispostos a apoiar a invasão do Iraque pelos EUA, composta por Afeganistão, Albânia, Austrália, Azerbaijão, Colômbia, Dinamarca, El Salvador, Eritreia, Eslováquia, Espanha, Estônia, Etiópia, Filipinas, Geórgia, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Letônia, Lituânia, Macedônia, Nicarágua, Polônia, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Turquia, e Uzbequistão (GARAMONE, 2003).

No que concerne ao processo de paz árabe-israelense, em 2000, fracassaram as negociações em Camp David e teve fim o processo de paz de Oslo, empreendido na década de 1990 entre israelenses e palestinos. Ariel Sharon, líder do Likud<sup>17</sup>, decidiu então realizar uma visita provocativa ao Monte do Templo - santuário para judeus e muçulmanos - em Jerusalém. Esse ato gerou revolta entre os palestinos, que rapidamente escalou para grandes levantes. O conflito, que iniciara espontaneamente, acabou contando com o envolvimento do serviço secreto palestino e se tornando o embate que viria a ser conhecido como al-Aqsa Intifada (SHLAIM, 2009).

Houve amplo apoio popular à intifada palestina no Egito em 2000. Seis anos mais tarde, estudantes universitários egípcios realizaram diversas manifestações pelo fim da guerra de Israel contra o Líbano, entre julho e agosto. Foi, todavia, o cerco israelense a Gaza após a vitória do Hamas nas eleições legislativas que gerou maior indignação entre os egípcios. O Hamas adotou posições mais radicais que o distanciaram cada vez mais da Autoridade Palestina, ou do Fatah<sup>18</sup>, gerando uma cisão que deixaria Gaza sob o controle do Hamas e a Cisjordânia não ocupada por Israel sob o controle da Autoridade Palestina. Com o objetivo de enfraquecer o Hamas, Israel empreendeu um cerco à Faixa de Gaza, impedindo a circulação de pessoas, bens e suprimentos, e gerando uma grave crise humanitária (OSMAN, 2010).

Ao longo de 2006, a passagem fronteiriça de Rafah foi aberta pelo Egito de maneira seletiva para permitir o transporte de bens e suprimentos. Entretanto, a partir de 2007, quando o Hamas passou a comandar de fato a Faixa de Gaza, a passagem foi novamente fechada, sendo aberta apenas em casos de crise humanitária severa. Essa decisão do governo de Mubarak se baseou no alinhamento da sua política externa aos interesses dos EUA, assim como na sua oposição ao Hamas, cuja presença tão próxima do seu território fazia com que o regime egípcio temesse o reforço interno do Islã político – na figura da Irmandade Muçulmana. Ainda, o governo egípcio estava ciente de que grupos ligados ao Hamas também usavam a passagem, além de túneis cavados na área, para realizar o contrabando de armas e explosivos para a região (OSMAN, 2010).

A diplomacia egípcia liderou, sem sucesso, inúmeras iniciativas de negociação para a reaproximação entre Fatah e Hamas, visando a facilitar as negociações com Israel por meio de uma representação palestina unificada (OSMAN, 2010). Em dezembro de 2008, após ter atacado Gaza em campanhas aérea e marítima, Israel lançou a Operação *Cast Lead*. A operação buscava enfraquecer as milícias da região, destruindo túneis, instalações militares,

---

<sup>17</sup> Maior partido de centro-direita de Israel, criado em 1973 por Menachem Begin.

<sup>18</sup> Organização política nacionalista criada em 1965 e maior facção da Organização de Libertação da Palestina.

depósitos de armas, casas de militantes e supostas áreas de lançamento de foguetes, incluindo algumas em zonas densamente povoadas (BROWNLEE, 2012).

Dias antes do início da operação, Mubarak se encontrou com a então ministra das Relações Exteriores israelense, Tzipi Livni, levantando suspeitas de que o governo egípcio tinha conhecimento dos planos de Israel. Tais suspeitas eram fundamentadas, pois, de fato, Ehud Barak, então primeiro-ministro israelense, assumiu ter sugerido, antes do ataque israelense, que o Egito ou o Fatah assumissem o controle de Gaza após a derrota do Hamas, o que não foi aceito nem por Mubarak nem pelo líder palestino Mahmoud Abbas. No discurso oficial, o Egito denunciou as ações israelenses, mas não liberou a passagem de Rafah. O posicionamento de Mubarak em relação ao confronto, que só teria fim em janeiro do ano seguinte, foi duramente criticado no âmbito doméstico (BROWNLEE, 2012). Houve manifestações que reuniram cerca de 50 mil pessoas em Alexandria, em oposição à posição egípcia, compreendida pela população como de apoio a Israel (OSMAN, 2010).

A eleição de Barack Obama como novo presidente dos EUA, em 2008, gerou, entre a população egípcia e no próprio governo, a esperança de mudanças na política estadunidense para o Egito. Buscando abandonar a “Agenda de Liberdade” de seu antecessor, Obama queria melhorar a imagem do país diante de países de maioria muçulmana. Pra tanto, colocou o Egito no centro de sua estratégia, realizando uma visita ao país como símbolo da reaproximação. Em agosto do mesmo ano, Mubarak visitou os EUA pela primeira vez em quatro anos, o que simbolizou o reestabelecimento da confiança entre as partes, após o governo Bush. Todavia, os governos logo se desentenderam em relação à quantidade (considerada reduzida) e utilização (o governo egípcio se opunha a destinar os recursos para organizações da sociedade civil ou para outros fins definidos pelo Congresso dos EUA) da assistência econômica de Washington ao Egito (BROWNLEE, 2012). Entre os anos fiscais de 2008 e 2009, a assistência econômica passou de US\$ 411,6 milhões para US\$ 250 milhões, e nos anos seguintes, ela se manteve no mesmo nível de 2009. Esses valores contrastam fortemente com os do final da década de 1990 (US\$ 815 e US\$ 775 milhões em 1998 e 1999, respectivamente) e do ano de 2003 (US\$ 911 milhões) (SHARP, 2013).

Nesse contexto, é importante analisar a nova fase que as relações sino-egípcias atravessam a partir do final da década de 1990 - período em que se tem testemunhado uma atividade focada nos aspectos econômicos sem precedentes entre os dois países. O estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais entre China e Egito data de 1956, mas houve um reforço considerável dessas relações nos anos 2000 por meio de visitas oficiais, principalmente a partir da visita de Mubarak à China, em abril de 1999. Durante tal visita,



foram assinados o Acordo Bilateral de Parceria Estratégica entre os países e o contrato para o planejamento da Zona Econômica Especial (ZEE) no Noroeste do Golfo de Suez entre uma empresa sino-egípcia e a TEDA (Área de Desenvolvimento Econômico-Tecnológico de Tianjin) (EL-GOHARI; SUTHERLAND, 2010). Portanto, é possível dizer que, em meio ao seu processo de abertura econômica, o Egito buscou, na medida do possível, reproduzir alguns pontos do modelo chinês (BRÄUTINGAM; TANG, 2011).

Em 2002, ocorreu a aprovação da Lei das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) pelo Parlamento egípcio e, no mesmo ano, Mubarak emitiu um decreto para transformar a área Noroeste de Suez em uma ZEE. O objetivo era impulsionar o investimento estrangeiro, sobretudo chinês, na região. Ainda, buscava-se aprofundar a relação comercial com a China e equilibrar melhor a balança comercial, dado o déficit comercial crescente do Egito. Entre os anos de 1999 e 2008, o comércio bilateral entre os dois países sofreu um aumento de 730% em seu volume, saltando de US\$ 750 milhões para US\$ 6,2 bilhões (EL-GOHARI; SUTHERLAND, 2010). Em 2011, apesar da instabilidade no Egito, o volume comercial bilateral chegou a US\$ 8,8 bilhões, com um aumento de 46% em relação a 2008, ultrapassando o comércio bilateral egípcio com os EUA, que totalizou US\$ 8,3 bilhões no mesmo ano (WAGNER; CAFIERO, 2012).

O governo chinês vê o Egito como um dos cinco principais centros de investimento estratégico da África. Isto se dá porque o mercado egípcio está em um local particularmente importante em termos geoestratégicos e porque o Egito é um dos maiores mercados existentes no Norte da África, fornecendo uma plataforma para o incremento do comércio chinês com a África e o Oriente Médio. A criação da ZEE marca o ápice de uma política econômica em direção à liberalização do regime de investimentos e à expansão do comércio internacional egípcios. Em alguns sentidos, ela marca uma tentativa do Cairo de se engajar no “Consenso de Washington”, ainda que buscando se amparar no “Consenso de Pequim” - com a ação decisiva do Estado, na forma da indústria estatal e do ativo envolvimento burocrático na criação da ZEE (EL-GOHARI; SUTHERLAND, 2010).

Ao longo dos anos 2000, o Egito apresentou uma trajetória com taxas de crescimento do PIB bastante significativas – 4,1% em 2004, 4,5% em 2005, 6,8% em 2006, 7,1% em 2007, 7,3% em 2008, 4,9% em 2009 e 4,8% em 2010 (AEO, 2013). Em 2005, considerando variáveis como população e, justamente, taxa de crescimento econômico, o banco de investimento Goldman Sachs classificou o Egito como uma das onze economias (*Next Eleven*) emergentes de maior potencial depois dos BRICs (O’NEILL et al, 2005). Na década de 2000, o Egito passou a se voltar mais pra o mundo em desenvolvimento do que nos anos

1990. Desde 2003, o país faz parte do G-20 comercial, formado às vésperas da reunião ministerial de Cancún da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito da Rodada Doha, por países em desenvolvimento para defender o seu mandato agrícola (BRASIL, 2010a). Em 2009, o Egito presidiu e sediou a cúpula dos Não-Alinhados (EGITO, 2013a). Além disso, o país também é membro do Fórum China-África (FOCAC), criado em 2000, e da Cúpula América do Sul-Países Árabes, criada em 2005 (FOCAC, 2013, BRASIL, 2013). Em 2010, foi finalizado o processo de negociações entre o Egito e o Mercosul e as duas partes assinaram um acordo de livre comércio. Em 2005, foi assinado um acordo de livre comércio com a Turquia (BRASIL, 2010b, TURQUIA, 2013).

Em 2005, o Egito, em conjunto com os outros membros da União Africana, assinou o “Consenso de Ezulwini”, que tratava da posição africana acerca da reforma da ONU, a partir da perspectiva regional (HARTWIG, 2008). A posição egípcia quanto à expansão dos assentos permanentes do Conselho de Segurança se transformou, portanto, de oposição na década de 1990 (o país era membro fundador do “*Coffee Club*”<sup>19</sup>), para a defesa de cinco assentos rotativos e dois assentos permanentes para o continente africano, sustentando uma candidatura própria (EGITO, 2013b).

Pode-se perceber, logo, que não há mudança fundamental na linha de política externa egípcia - uma reorientação, de acordo com Hermann (1990) -, mas que Mudanças de Programa tomam forma, principalmente nos anos finais do governo Mubarak, em direção a uma maior autonomia. Nesse sentido, a perda crescente de apoio doméstico e de credibilidade diante dos países da região (à exceção das monarquias conservadoras) devido à preocupação com a manutenção de rendas estratégicas advindas dos EUA, aliada à diminuição do apoio financeiro estadunidense, levou o governo egípcio a empreender uma aproximação dos países do Sul global, em busca de maior autonomia e protagonismo na região.

### 3.2 A “PRIMAVERA ÁRABE”: O FIM DO GOVERNO DE MUBARAK E O PERÍODO DE TRANSIÇÃO ATÉ AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (2011-2012)

---

<sup>19</sup> Grupo favorável somente ao aumento dos assentos não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas criado por Itália, Paquistão, México e Egito, em 1995, e posteriormente acrescido de países como Argentina, Canadá, Coreia do Sul, Espanha e Turquia, entre outros. Em 2005, o grupo passou a se chamar “*Uniting for Consensus*”. Atualmente, o grupo se opõe à concessão de status de membros permanentes ao G-4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) e defende que é necessário que se obtenha o maior consenso possível antes de se reformar o Conselho (PRESCHERN, 2009).

No livro “*Le rendez-vous des civilisations*”, publicado em 2007, Youssef Courbage e Emmanuel Todd, baseando-se em indicadores demográficos, buscaram demonstrar que o “choque de civilizações” não ocorrerá, uma vez que haveria uma convergência dos Estados – inclusive do mundo árabe – em curso rumo à “modernidade”. Os autores concluíram que níveis significativos de aumento da taxa de alfabetização e de diminuição da taxa de fecundidade e dos casamentos endógamos, a partir da segunda metade do século XX, geraram uma população de jovens adultos mais individualista e liberal em países como o Egito. Nesse sentido, Courbage e Todd também destacam que a idade média da população egípcia é de apenas 24 anos. Esse processo de transição, semelhante ao ocorrido da Europa séculos antes, segundo os autores, teria um profundo impacto na organização social e política desses países (COURBAGE; TODD, 2007).

É importante ponderar, contudo, o argumento de Charles Tilly (1973) de que a estrutura de poder, concepções alternativas de justiça, a organização de coerção, a condução da guerra, a formação de coalizões e a legitimidade do Estado são os principais fatores para a explicação da revolução. Para Tilly, fatores como o crescimento populacional, a industrialização, a urbanização e outras mudanças estruturais em larga escala – como as descritas por Courbage e Todd - certamente afetam a probabilidade de ocorrência de uma revolução, mas o fazem indiretamente. De acordo com o autor, essas mudanças estruturais moldam os candidatos potenciais à disputa de poder, transformam as técnicas de controle governamental e deslocam os recursos disponíveis para candidatos e governos, mas a modernização não necessariamente gera a revolução.

Todd ainda afirma que os processos desencadeados na chamada “Primavera Árabe” equivalem, ainda que sob formas diferentes, à Revolução Iraniana de 1979, e mesmo à Revolução Russa e à Revolução Francesa. O autor também ressalta o fato de que nem todo processo revolucionário conduz imediatamente a um regime político baseado na democracia liberal - portanto não seria razoável esperar que isso ocorresse no mundo árabe - e que, nos casos tunisiano e egípcio, o processo que levou à derrubada dos chefes de Estado foi muito menos violento que processos semelhantes na Europa (TODD, 2011).

Por outro lado, segundo Gilbert Achcar, em entrevista à Folha de S. Paulo, o que aconteceu no Egito em 2011 (assim como o que ocorreria a Morsi em 2013) foi, em última instância, um golpe liderado pelos militares para derrubar o presidente Mubarak, no contexto de um processo de mobilização de massas. O sociólogo ainda aponta que as Forças Armadas como a “espinha dorsal do Estado” egípcio, tendo o principal papel no Estado e na economia, pois controlam quase um terço da economia do país (os militares são donos de diversas

indústrias, inclusive em setores civis, como turismo e alimentação). De acordo com Achcar, o fato de as Forças Armadas terem dirigido o país direta ou indiretamente desde os anos 1950 destituiu os partidos políticos de importância, sendo a Irmandade Muçulmana o único grupo político organizado de maior vulto. Nesse sentido, os “progressistas” não seriam suficientemente radicais para assumirem o risco de liderar o movimento de massas para uma tomada popular do poder e, portanto, dependeriam das Forças Armadas para que algo acontecesse – tanto na derrubada de Mubarak, quanto na de Morsi. Sobre o golpe contra Morsi, Achcar comenta que a memória é muito curta nesses movimentos de massa, pois a população mobilizada não parecia lembrar que pouco tempo antes estava nas ruas se manifestando contra as Forças Armadas (LUCENA, 2013).

Desde 2005, o Egito já convivia com manifestações massivas da população. Nesse ano, o movimento denominado *Kefaya* ou Movimento Egípcio pela Mudança, criado em 2004, reunindo opositores do regime de diversas correntes ideológicas, realizaram, em fevereiro, a maior manifestação anti-Mubarak até então. Dias depois, o presidente anunciou que buscaria realizar uma emenda na Constituição para que, a partir de 2005, mais de um candidato pudesse concorrer à presidência e houvesse eleições diretas (anteriormente um candidato era indicado pelo parlamento - dominado pelo Partido Democrático Nacional - e aprovado ou rejeitado por meio de um referendo). A emenda constitucional acerca das eleições foi aprovada por meio de um referendo, mas considerada insuficiente e, em março, a Irmandade Muçulmana organizou um novo protesto por maiores reformas políticas, ao qual o *Kefaya* e outros grupos se juntaram (BROWERS, 2009).

Diversos líderes da Irmandade foram presos após o grupo ter assumido uma conduta de confrontação mais direta com o governo e, na eleição presidencial de novembro de 2005, da qual Mubarak saiu vitorioso, candidatos de diferentes partidos tiveram suas candidaturas anuladas. Houve então um significativo aprofundamento da perda de confiança no sistema eleitoral, que muitos egípcios acreditaram ter sido particularmente manipulado em favor de partidários do regime nessas eleições (BROWERS, 2009).

Em 2006, ocorreu uma greve dos trabalhadores da indústria têxtil, na qual 24 mil pessoas protestaram contra os baixos salários e contra o aumento crescente do preço dos alimentos. Desde o governo de Sadat, o subsídio aos *fellahin* (camponeses egípcios) produtores de trigo fora gradualmente retirado, como parte da política de abertura econômica. Ao longo do governo Mubarak, a importação de trigo dos EUA cresceu de maneira significativa e, em 2010, o Egito era o maior importador de trigo do mundo. Contudo, ao longo dos anos 2000, ocorreu uma série de protestos, conhecida como “intifada do pão”,

devido à alta do preço do alimento e à sua escassez. Em 2010, com a alta mundial dos preços do trigo, o equilíbrio da “democracia do pão”<sup>20</sup> foi rompido no Norte da África. Mubarak ainda tentou reverter a situação, aumentando os subsídios, mas já era tarde demais. Aliado a isso, o crescimento da população jovem no Egito nas últimas décadas expôs problemas estruturais como uma profunda desigualdade de renda, gerada pela adoção de medidas neoliberais, e o alto nível de desemprego (PRASHAD, 2012).

A percepção da população de falta de um projeto nacional, com forte oposição à orientação da política externa do país, aliada a condições socioeconômicas declinantes, geraram frustração e revolta em relação ao regime. Ademais, a autoridade política, diante de uma população jovem, mostrava sinais de “envelhecimento”, defendendo posições ultrapassadas, apresentando um forte ímpeto centralizador e se distanciando cada vez mais da população. Nesse sentido, a presidência enquanto instituição, que sob Nasser e Sadat havia sido um centro dinâmico de governança, ligado a conselheiros notáveis e a intelectuais, os quais integravam diferentes *think tanks* do país, tornou-se uma simples estrutura administrativa ao redor do presidente. A mesma decadência atingiu outras instituições, como as estruturas administrativas do governo e o setor público, sob a forma de letargia e corrupção, e até mesmo os serviços de inteligência e as Forças Armadas, que tinham sua atuação cada vez mais restringida pelo presidente (OSMAN, 2010).

A tentativa de inclusão da figura do filho de Hosni Mubarak, Gamal, e de seu grupo de jovens capitalistas liberais bem-educados no cenário político egípcio tinha por objetivo sinalizar um “rejuvenescimento” do regime. Todavia, as opções desse grupo eram limitadas, uma vez que não seria possível utilizar essas instituições desacreditadas como instrumentos para uma renovação verdadeira. Osman (2010) aponta que a sua capacidade de utilizar o poder ao qual aspirava para fins progressivos era limitada pelos instrumentos disponíveis e que qualquer medida em direção a uma maior abertura política quase certamente levaria a um conflito com a população. Essa nova elite capitalista sabia que, em eleições livres, o governista Partido Democrático Nacional (PDN) seria derrotado. Nas eleições parlamentares de 2010, o PDN obteve 93% dos assentos. Os candidatos da Irmandade Muçulmana tiveram que concorrer como independentes, e muitos foram banidos ou presos durante as eleições.

A Irmandade Muçulmana foi criada em 1928 por Hassan Al-Banna como uma organização política islâmica contrária à dominação britânica e promotora de valores

---

<sup>20</sup> Termo cunhado pelo acadêmico tunisiano Larbi Sadiki, do árabe *dimuqratiyyat al-khubz*, para designar regimes políticos que se apoiam em subsídios sobre alimentos para assegurar a estabilidade (CIEZADLO, 2011).

islâmicos na sociedade e na política (LAUB, 2013), e mantida na ilegalidade no Egito durante grande parte da sua existência. Após a morte de Nasser, que havia banido a Irmandade, Sadat, buscando expandir sua base de apoio contra a oposição da ala mais à esquerda do regime, libertou lideranças que haviam sido presas por seu antecessor e permitiu a reestruturação, ainda que não oficialmente, do grupo. Sob Mubarak, a Irmandade permaneceu na ilegalidade. O grupo renunciou à violência nos anos 1970, e restringiu sua atuação às esferas política e social, tendo angariado uma ampla base de apoio devido aos seus programas sociais destinados às populações das áreas mais empobrecidas do país (RUBIN, 2012, EGYPT..., 2006).

Ao longo dos anos 2000, o grupo procurou demonstrar ser moderado em suas posições, visando a melhorar sua imagem diante do Ocidente. Nesse sentido, em 2005, o grupo publicou um documento intitulado “Reapresentando a Irmandade ao Ocidente”. A Irmandade deixou de defender um Estado islâmico, para defender um Estado civil e democrático, de referência islâmica. Apesar disso, a política dos EUA para o Egito seguiu marcada pelo temor de que islamitas chegassem ao poder. Os Estados Unidos apoiaram ativamente o regime de Mubarak e assentiu a campanhas de repressão contra a Irmandade Muçulmana. Em março de 2008, durante o que muitos observadores consideraram o pior período de repressão anti-Irmandade desde os anos 1960, a então secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, anulou uma redução de US\$ 100 milhões na ajuda militar destinada ao Egito pelo Congresso estadunidense (HAMID, 2011, HAMID, 2008).

Entre 25 de janeiro e 11 de fevereiro de 2011, o descontentamento com o regime de Mubarak, que já havia ocasionalmente explodido em manifestações nas ruas nos últimos anos, reacendeu quando os egípcios assistiram aos tunisianos se levantando contra o presidente Ben Ali e derrubando-o em 14 de janeiro. Multidões cada vez maiores se reuniram na Praça Tahrir, no centro do Cairo, e em outras cidades, e depois de vários sinais confusos do regime diante das mobilizações e de surtos de violência envolvendo as forças de segurança do Estado, oficiais do alto escalão do exército egípcio passaram a apoiar os manifestantes. Com a desagregação de uma importante base de apoio, Mubarak embarcaria em um avião para Sharm el-Sheik, deixando o cargo de presidente e o Cairo para trás (SORENSEN, 2011).

Quando os protestos de 2011 começaram, Mubarak enviou Mohammed Hussein Tantawi, chefe do Conselho Superior Militar do Egito – e, mais tarde, do Conselho Supremo das Forças Armadas, a Washington em busca de apoio ao seu regime, e de equipamentos anti-motim. Para os EUA, uma vez que a queda de Mubarak se tornou inevitável, o regime tinha de ser mantido e o clamor público, silenciado lentamente. Os militares egípcios, fortemente

financiados pelos EUA, deveriam se empenhar para isso, mas tinham que ser pressionados. O Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Bill Burns, e o diretor sênior do Conselho de Segurança Nacional, David Lipton, viajaram às pressas para o Cairo para apoiar figuras como Tantawi (PRASHAD, 2012).

Com a intensificação dos protestos pedindo pela sua resignação, Mubarak recorreu a Suleiman para conduzir as negociações com seus opositores. Mais tarde, ele o encarregou de um último esforço para reorganizar o governo, nomeando o chefe da inteligência, no dia 29 de janeiro, para o posto, há muito vago, de vice-presidente. A medida não teve resultado e, em 11 de fevereiro de 2011, Suleiman anunciou que Mubarak havia resignando e entregado o poder interino para o Conselho Supremo das Forças Armadas. Em julho de 2012, Suleiman, considerado a “caixa preta” do regime de Mubarak, morreria em um hospital nos EUA, apesar de nenhuma informação indicando que ele estaria fazendo um tratamento médico ou com problemas de saúde ter sido divulgada (NORDLAND, 2012).

Em 10 de fevereiro de 2011, o Conselho Supremo das Forças Armadas reuniu-se pela primeira vez sem seu presidente, o ex-presidente Hosni Mubarak e emitiu um comunicado indicando que Mubarak se preparava para transferir seus poderes aos militares. Essa declaração do Conselho sinalizando a transição de poder assegurou o público egípcio que ele permaneceria em sessão contínua para garantir a proteção das pessoas e a ordem, e que iria apoiar as demandas dos manifestantes. Em 11 de fevereiro, o Conselho - que existia desde a presidência de Sadat, mas com atuação restringida a momentos em que era convocado a pedido do presidente para prestar assessoria em assuntos militares, não tomando decisões autônomas – assumiu o governo egípcio. Criado para operar discretamente, o Conselho assumiu o papel altamente político de governar o país no período de transição, moldando-a. À medida que a transição avançou, o Conselho passou a emitir declarações contraditórias e de cunho político, minando a sua imagem enquanto defensor das aspirações revolucionárias da população (CEFIP, 2011).

Em 19 de março de 2011, o Conselho realizou um referendo sobre emendas constitucionais, como a redução do limite de reeleição presidencial para dois termos de quatro anos, as quais foram aprovadas. O novo documento iria fornecer um quadro jurídico para a governança até as eleições parlamentares. O calendário para eleições parlamentares e presidenciais, porém, foi polêmico desde o início e as datas foram canceladas e redefinidas diversas vezes. O Conselho prometeu levantar o estado de emergência, vigente desde 1981, antes das eleições parlamentares, o que, todavia, não ocorreu. O Documento Selmy, projeto de emenda constitucional divulgado pelo Conselho, em novembro de 2011, gerou particular

preocupação. Ele delineou princípios supraconstitucionais que poderiam conferir ao Conselho o direito de fiscalizar o seu próprio orçamento militar e uma forte influência política sobre o próximo governo e a nova Constituição a ser criada (CEFIP, 2011).

Em janeiro de 2012, as eleições parlamentares tiveram como resultado a conquista de 47,2% dos assentos pelo Partido da Liberdade e Justiça (partido político da Irmandade Muçulmana criado em 2011), seguido pelo partido salafista al-Nour, com 24,3%, e pelo Novo *Wafd*, com 7,6% (EGYPT'S..., 2012). Os dois turnos das eleições presidenciais foram realizadas entre maio e junho de 2012, mas antes do seu resultado ser divulgado, o Conselho anunciou a adoção de uma “Declaração Constitucional Complementar”. De acordo com a declaração, as Forças Armadas teriam autonomia total em assuntos militares, que não mais seriam subordinados ao presidente (EL-HENNAWY, 2012). Ademais, o Conselho dissolveu a câmara baixa do Parlamento (a Assembleia do Povo), composta majoritariamente por membros da Irmandade Muçulmana, e assumiu os poderes legislativos (EGYPT..., 2013). No dia 24 de junho, foi anunciada a vitória do candidato da Irmandade Muçulmana<sup>21</sup>, Mohamed Morsi, sobre o ex-primeiro ministro de Mubarak, Ahmed Shafiq, com 51,7% dos votos. Morsi assumiu a presidência no dia 30 de junho de 2012 (EL SHARNOUBI, 2013).

### 3.3. O GOVERNO MOHAMED MORSI E A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA (2012-2013)

Em Memorando de Planejamento de Contingência publicado pelo *Council on Foreign Relations* em 2009, Steven Cook (2009) já identificava a possibilidade de a instabilidade política crescente no Egito devido à questão da sucessão de Mubarak gerar dois cenários: a tentativa islamita de conquistar poder político; e uma intervenção das Forças Armadas, caso um civil que pusesse em risco a ligação entre os militares e a presidência sucedesse Mubarak. Caso houvesse a intervenção do Exército, o autor ressalta que isso poderia gerar forte oposição, mas que tal oposição acabaria beneficiando os militares, que teriam uma justificativa para se manter na arena política (COOK, 2009).

Ademais, o memorando prevê que, ainda que Washington pudesse se adaptar de forma relativamente rápida a uma nova liderança militar, a sucessão de Hosni Mubarak poderia levar

---

<sup>21</sup> Segundo al-Anani (2013), a Irmandade Muçulmana chegou ao poder sem um projeto de governo bem definido a ser implementado para realizar a transição e lidar com os problemas socioeconômicos do Egito, uma vez que a organização estivera não só na oposição, mas também na ilegalidade durante grande parte de sua existência.



à presidência um líder que não estivesse disposto a continuar defendendo os interesses estadunidenses na região por meio de iniciativas extremamente impopulares domesticamente. Nesse sentido, diversos acordos na área de segurança com os EUA e Israel estariam em risco, sobretudo caso um islamita chegasse ao poder. Cook acreditava que, com a eventual sucessão de Mubarak por um líder de orientação islâmica, os EUA poderiam perder o acesso ao Canal de Suez, sofrer com o possível impulso aos movimentos islamitas de outros aliados na região e, até mesmo, testemunhar a revogação do tratado de paz com Israel (COOK, 2009).

Ambos os cenários descritos por Cook acabariam se tornando realidade - ainda que não com todos os desdobramentos previstos - entre 2011 e 2013. Nesse sentido, com a eleição de Morsi, os EUA, os militares egípcios e as forças políticas leais ao regime de Mubarak acabariam atuando como estabilizadores, buscando diminuir a margem de manobra do presidente e impedir alterações na política externa do Cairo. De acordo com o sistema de Goldmann (1982), com a ascensão de Morsi ao poder, a composição e a balança de poder no interior do sistema de formulação de política se alteraram, transformando as ideias que se relacionam às políticas adotadas. Dessa forma, Mohamed Morsi buscou neutralizar a atuação política das Forças Armadas e demonstrou a intenção de perseguir uma política exterior mais autônoma e diversificada, assim como de retomar o papel de liderança na região.

Pouco mais de uma semana após sua posse, Morsi declarou que a Assembleia do Povo seria reaberta, mas acabou tendo que desistir da reabertura devido à pressão da Suprema Corte Constitucional (SCC). No dia 30 de novembro, houve manifestações de descontentamento entre a população quando a Assembleia Constituinte apressadamente aprovou um projeto de Constituição – apesar do boicote de liberais, secularistas e da Igreja Copta – após o anúncio da SCC de que o órgão decidiria se o painel Constituinte deveria ser dissolvido ou não (EGYPT..., 2013).

Após a aprovação da nova Constituição por referendo popular em dezembro de 2012, com 63,8% dos votos a favor (LAUB, 2013), sendo que apenas 32% dos eleitores votaram (STAMBOLIYSKA, 2012), o presidente promulgou uma lei convocando eleições para a Assembleia do Povo, que teriam início em abril de 2013. Todavia, no dia 6 de março, o Tribunal Administrativo do Cairo declarou que a lei eleitoral precisaria ser revista pela Suprema Corte Constitucional (SCC). Morsi declarou que respeitaria a decisão, e a SCC determinou que a lei não estava em conformidade com a nova Constituição. Em 2 de junho de 2013, a SCC determinou que a Assembleia Constituinte e o Conselho da Shura<sup>22</sup> - câmara alta

---

<sup>22</sup> O Conselho da Shura é um órgão consultivo que só se manifesta acerca de questões e propostas de lei sugeridas pelo presidente e pelo governo. No entanto, quando a SCC dissolveu a Assembleia do Povo, em 2012,

do Parlamento dominada por islamitas –, que havia sido eleito no início de 2012, tivera sua eleição baseada em uma lei eleitoral inconstitucional. O tribunal determinou que o Conselho Consultivo (ou Conselho da Shura) poderia continuar a funcionar até a eleição de uma nova Assembleia do Povo, mas analistas disseram que a decisão iria afetar a legitimidade de quaisquer leis que fossem aprovadas (EGYPT..., 2013).

Ademais, em agosto de 2012, depois de dezesseis soldados egípcios serem mortos na Península do Sinai, Morsi aproveitou a conjuntura para tentar diminuir a influência de militares no governo e consolidar o poder da Irmandade por meio da aposentadoria compulsória de figuras importantes. Oficiais militares do alto escalão, incluindo Tantawi, que após a eleição de Morsi ficara no posto de ministro da Defesa, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, Sani Hafez Anan, foram aposentados. Abdel Fatah al-Sisi foi nomeado como o novo ministro da Defesa e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas (FAHIM, 2012, LONDOÑO, 2012).

Apesar de diversas dificuldades institucionais e da pressão dos EUA e dos militares sobre o novo governo, Morsi procurou demonstrar que os objetivos de política externa definidos na sua plataforma política seriam perseguidos. A visão de Morsi e da Irmandade sobre a política exterior egípcia estava presente no Projeto de Renascença (*Nahda*), sua plataforma eleitoral. O projeto defendia que o Egito recuperasse sua imagem e seu papel de liderança na região e internacionalmente, por meio do fortalecimento dos tratados e acordos internacionais que protegessem os interesses dos egípcios, interna e externamente; da promoção da segurança nacional, árabe e do Golfo e da expansão da cooperação árabe-islâmica em diversas áreas; e do estabelecimento de relações baseadas no princípio da igualdade e em interesses comuns, e não na dominação e dependência, e da diversificação da rede de relações internacionais com países africanos, asiáticos e ocidentais para ajudar a alcançar o equilíbrio na defesa dos interesses egípcios no cenário internacional (DR. MORSI'S..., 2012).

Ademais, o cumprimento de obrigações internacionais, aliado à defesa dos direitos dos palestinos, incluindo um Estado independente e soberano, de acordo com as resoluções da ONU, e o fim da agressão e das violações do direito internacional, seria a marca da nova política externa na região (DARRAG, 2013). Nesse sentido, o ataque israelense à Faixa de

---

o seu papel foi ampliado para incluir competência legislativa plena. Ainda, a Declaração Constitucional do presidente Morsi em novembro 2012 desafiou a autoridade da SCC, removendo seu poder de decisão sobre a legitimidade de todas as leis e decretos emitidos por ele até que fosse ratificada uma nova Constituição e ocorressem eleições legislativas, e impedindo a dissolução da Assembleia Constituinte e do Conselho da Shura (EGYPT..., 2013).

Gaza em novembro de 2012 foi recebido com uma rápida reação do Cairo. Morsi se envolveu diretamente com o processo de mediação do cessar-fogo entre Israel e o Hamas, demonstrando ao povo egípcio que não daria continuidade ao “neutralismo positivo” em relação a Israel e demonstrando aos EUA que respeitaria o tratado de paz com Israel e continuaria a agir como mediador do conflito (GRIMM, 2013).

Nesse contexto, Immanuel Wallerstein (2012) indicou que a chegada da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito poderia permitir que o país retomasse seu lugar como principal Estado do mundo árabe, deixando a Arábia Saudita em segundo plano. Ainda segundo Wallerstein, uma vez que o principal objetivo do Egito no pós-Primavera seria o reestabelecimento da sua liderança, o regime buscaria reajustar suas relações com a Palestina, mas sem romper fortemente com os EUA.

Por sua vez, Mehmet Özkan (2013) viu na presidência de Morsi a possibilidade de o Egito voltar a exercer a influência e a liderança política e intelectual dos anos 1950 e 1960 na região, após a perda de tal influência ao longo das presidências de Sadat e Mubarak. Para Özkan, o Egito de Morsi estaria buscando reequilibrar de forma coerente a sua tripla identidade (árabe, africana e europeia/ocidental – através do Mediterrâneo), de maneira a formular uma política externa forte e sustentável, retomando sua posição estratégica. Para ele, a identidade ocidental fora preponderante sob Sadat e Mubarak, e, no governo desse último, uma vez que as dimensões árabe e africana estavam em segundo plano na política externa, a tomada de posição em questões regionais só ocorria em contextos de crise, quando o país se via obrigada a se manifestar (como na Intifada, no processo de paz de Oslo, etc). Morsi, por sua vez, teria iniciado uma tentativa de exercer a tripla identidade, com perfil ativo e não subordinado ao Ocidente, e maior assertividade, sobretudo no mundo Árabe.

Para Al-Sayed Amin Shalabi (2013), ao se analisar o escopo de interesses externos do Egito sob Morsi, é possível identificar semelhanças com a Revolução de 1952. Em ambos os casos a diplomacia do país centrou-se nas frentes árabe, africana e islâmica. O Egito de Morsi, para o autor, assim como a Revolução de 1952, visava ao estabelecimento de um conjunto equilibrado e diversificado de relações internacionais (o que o próprio Mubarak tentara fazer no início de seu governo), voltado para atender as necessidades internas do país. Ademais, Shalabi ressalta que Morsi parecia estar revertendo o quadro de indiferença em relação à África demonstrada por Mubarak, o qual não comparecia a diversos eventos do continente. Até mesmo o último ministro das Relações Exteriores de Mubarak, Ahmed Abul-Gheit, criticou a política externa egípcia por sua falta de foco e negligência em relação à África.

Nesse sentido, o próprio discurso de Morsi na 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2012, explicitou a intenção de retomada da ideia dos “círculos nasseristas”:

O Novo Egito está determinado a recuperar sua posição entre as nações e assumir um papel efetivo nas questões globais, emanando da vontade de seu povo, bem como da legitimidade em que se funda o seu regime. Esta vontade está enraizada na História antiga e moderna do Egito, em suas esferas árabe e islâmica, bem como na sua identidade africana. O envolvimento do Egito em assuntos árabes, islâmicos e africanos é o reflexo do papel essencial que desempenha na defesa de destinos interconectados e de interesses e valores interligados (MORSY, 2012, p. 3, tradução nossa)<sup>23</sup>.

Diversas ações do governo egípcio nesse momento apontaram para uma forte intenção de alterar os rumos da política exterior do período anterior. As visitas presidenciais dos primeiros meses de governo incluíram países como Etiópia, Sudão, Arábia Saudita, Irã, Turquia, China, Alemanha, Itália e Brasil (SHALABI, 2013). O primeiro destino de Morsi fora do mundo árabe foi a China, para onde foi acompanhado por sete ministros e uma delegação comercial com 80 membros (ÖZKAN, 2013), e assinou oito memorandos de cooperação comercial e econômica.

No caminho de volta da China, Morsi também fez uma visita ao Irã, para entregar a presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados ao país na reunião do grupo. Ainda que a visita não tenha resultado em uma restauração das relações diplomáticas bilaterais entre os dois países, ela foi a primeira de um presidente egípcio desde a Revolução de 1979. O anúncio de que os dois países consideram um ao outro como parceiros estratégicos de cooperação no Oriente Médio ainda significa muito para o Irã, que se encontra diplomaticamente isolado. A visita de Morsi, assim, foi recebida muito positivamente por Teerã e vista como um importante apoio diplomático para combater as sanções econômicas capitaneadas pelos EUA, além de seu isolamento diplomático. A visita ao Irã representou também uma maneira de dizer aos países do Golfo que o Egito não iria simplesmente cumprir os seus desejos e aceitar uma posição inferior. A relação mais estreita com o Irã, portanto, poderia permitir a Morsi demonstrar que a abordagem e os valores diplomáticos do novo Egito seriam diferentes daqueles do antigo regime. Essa escolha mostraria que o novo governo tinha como objetivo contribuir para a segurança e a estabilidade o Oriente Médio por meio de políticas diferentes das do seu antecessor (WENPING, 2012).

De acordo com a análise de He Wenping (2012), Morsi, o primeiro presidente civil eleito no Egito estaria buscando estabelecer um equilíbrio, realizando uma espécie de

---

<sup>23</sup> Do original em inglês.

diplomacia pendular entre as monarquias do Golfo e países como Irã e Turquia, e entre EUA e China. Nesse sentido, tal comportamento diplomático teria sido motivado, segundo declaração de Morsi, em entrevista à Reuters antes da sua viagem à China, por uma convicção de que “as relações internacionais entre todos os Estados são abertas, e a base para todas as relações é o equilíbrio” (NAKHOUL; BLAIR, 2012). Ainda, Morsi frisou que o Egito não estava se posicionando contra nenhum Estado, mas queria defender seus interesses. Buscando aumentar seu envolvimento em questões regionais e o perfil de sua diplomacia, Morsi fez um apelo a Turquia, Arábia Saudita e Irã para que se juntassem ao Egito em um esforço para debelar a crise na Síria, negociando o fim do conflito sem intervenção externa. A iniciativa de formação de um grupo de contato foi bem aceita inclusive pelo Irã (NAKHOUL; BLAIR, 2012).

O equilíbrio primário se daria entre os países do Oriente Médio. O primeiro país que o presidente egípcio visitou, passados apenas dez dias de sua posse, foi a Arábia Saudita. A visita não só tranquilizou a monarquia em relação ao cumprimento dos tratados e acordos internacionais assinados pelo Egito – incluindo Camp David -, mas também resultou em um empréstimo de US\$ 1 bilhão e US\$ 500 milhões em assistência (WENPING, 2012).

O equilíbrio secundário seria entre a China e os EUA. Logo após a vitória apertada de Morsi nas eleições presidenciais do Egito em junho, o presidente dos EUA, Barack Obama, enviou um telegrama a Morsi parabenizando-o por sua vitória e estendendo um convite para que ele visitasse os EUA em setembro. Dias após a posse de Morsi, a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, fez uma breve visita ao Egito e encontrou-se com o novo presidente. Além das promessas de que os EUA apoiariam a transição do Egito para um governo democrático, Clinton também reiterou oferta de US\$ 1 bilhão em alívio da dívida os EUA, e ofereceu US\$ 250 milhões em garantias de crédito comercial, além de um fundo de investimento de US\$ 60 milhões. No entanto, Morsi colocou a visita à China em primeiro lugar, atribuindo grande importância às relações bilaterais. Do ponto de vista econômico, Morsi precisava da ajuda da China para impulsionar a economia egípcia e sua indústria do turismo. Do ponto de vista estratégico, o Egito também precisava da China para reposicionar seu papel no Oriente Médio e no cenário mundial. Ao melhorar os laços com Pequim, o Egito poderia obter mais espaço de manobra para superar o excesso de dependência dos EUA e gradualmente desenvolver uma política externa totalmente independente (WENPING, 2012).

Em agosto de 2012, o governo egípcio solicitou formalmente um empréstimo de US\$ 4,8 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (SALEH; WERR, 2012). Ao longo do primeiro semestre de 2013, todavia, o governo egípcio apresentou resistência às condicionalidades do empréstimo proposto pela instituição financeira internacional, que incluíam, entre outras

cláusulas, cortes nos subsídios sobre alimentos e combustíveis. O governo de Morsi acabou não concluindo o acordo com o FMI, em um processo de negociação que se estendeu por vários meses, valendo-se dos empréstimos concedidos por países como a China (US\$ 200 milhões) (AL-YOUM, 2012), a Líbia (US\$ 2 bilhões) e o Catar (US\$ 3 bilhões), para combater a profunda crise econômica e a redução das reservas internacionais do Egito (YAHIA, 2013, TAYLOR; PERRY, 2013).

No dia 30 de junho de 2013, data em que o governo de Mohamed Morsi completou um ano, diversos protestos eclodiram no Egito devido à insatisfação popular com a continuidade da situação de deterioração econômica do país e a controvérsias acerca de medidas que concentraram o poder nas mãos do presidente e de membros da Irmandade Muçulmana (PRESIDENT..., 2013). À medida que mais pessoas se concentravam na Praça Tahrir, as Forças Armadas rapidamente impuseram um ultimato de 48 horas para que Morsi respondesse às demandas populares e propusesse um plano para resolver a crise política na qual o país se encontrava. O presidente eleito rejeitou o ultimato e, quando o prazo imposto pelos militares expirou, ele foi derrubado e preso, no dia 3 de julho (KIRKPATRICK, 2013).

Após o golpe, que não foi oficialmente reconhecido como tal pelos EUA<sup>24</sup> (MOHAMMED; ZENGERLE, 2013), Adly Mansour, um juiz da Suprema Corte Constitucional, assumiu a presidência interina e al-Sisi se tornou o primeiro-ministro do país. Diversos membros da Irmandade Muçulmana foram presos e o grupo foi banido. Protestos pró-Morsi passaram a ser reprimidos com violência e o presidente derrubado espera por julgamento a ser realizado em janeiro de 2014 (EL DEEB, 2013). Todavia, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Arábia Saudita já se comprometeram em conceder US\$ 12 bilhões em pacotes de assistência ao novo governo egípcio, demonstrando o seu apoio (DARAGAH, 2013). O governo do Catar, ao contrário, recusou-se a renovar seu empréstimo, que já está sendo cobrado dos cofres egípcios (AB, 2013). Uma nova Constituição será adotada e, segundo anúncio do atual ministro das Relações Exteriores, Nabil Fahmy, novas eleições parlamentares serão realizadas entre fevereiro e março de 2014 e eleições presidenciais devem ocorrer poucos meses mais tarde (KINGSLEY, 2013).

---

<sup>24</sup> De acordo com a legislação estadunidense, a concessão de assistência para outro país deve cessar se a administração dos EUA considerar que o seu governo sofreu um golpe de Estado. Após meses sem realizar cortes na sua assistência ao Egito, apesar da derrubada do presidente eleito, no início de outubro, o governo dos EUA resolveu suspender a entrega de caças, tanques, helicópteros e mísseis, além de US\$ 260 milhões em assistência ao governo egípcio. Todavia, os EUA não declararam considerar que o que ocorreu no Egito foi um golpe, pois, apesar de Washington querer ser visto como um defensor da democracia e dos direitos humanos, o Egito é um parceiro vital no Oriente Médio e é fundamental demonstrar apoio aos militares egípcios (MOHAMMED; ZENGERLE, 2013).

### 3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Ainda que não tenha havido mudanças fundamentais nos objetivos, alterações nos instrumentos de política externa são perceptíveis nos últimos anos do governo Mubarak. A mudança de regime, todavia, propiciou uma política externa mais assertiva – apesar da instabilidade econômica e política – que a de Mubarak, a qual estava fundamentalmente atrelada aos interesses dos EUA. Morsi, em seu breve governo, sinalizou mudanças muito mais profundas que as do final do governo de Mubarak, demonstrando a intenção de desenvolver uma política externa mais pragmática e equilibrada, com parcerias diversificadas baseadas em benefícios mútuos, assim como uma retomada ativa do papel de liderança regional.

Entretanto, Grimm e Roll (2012) apontam para o fato de que a política externa de Morsi enfrentou um dilema, pois o seu ativismo, aliado à busca de novos parceiros e à determinação em desempenhar um papel de liderança regional, que lhe rendiam apoio popular e legitimação interna, entravam em choque com uma economia degradada e possibilidades reduzidas de exercer influência na região ou alienar parceiros tradicionais. Nesse mesmo sentido, de acordo com Wenping (2012), a perseguição do equilíbrio na diplomacia de Morsi servia aos interesses nacionais do Egito e refletia bem os seus novos valores políticos. Mas o autor previa que a mudança na política externa egípcia ocorreria com muita cautela, pois o Egito de Morsi não poderia distanciar-se demais dos EUA, pois não poderia arcar com o fim da assistência anual de US\$ 1,5 bilhões. Khajouei (2012) concorda com o ímpeto transformador do governo da Irmandade Muçulmana, mas reconhece as limitações para uma mudança drástica em um período curto de tempo. O autor acredita que as principais características da diplomacia de Morsi, portanto, seriam a busca do equilíbrio e o regionalismo.

## 4 CONCLUSÃO

Ambas as reestruturações – de acordo com o conceito de Holsti - ocorridas na política externa do Egito desde a revolução que implantou a república, sob Gamal Abdel Nasser e Anwar Sadat, foram possíveis naqueles momentos devido a janelas de oportunidade que se apresentaram. No caso de Nasser, o processo revolucionário que o levou ao poder e a mudança de regime propiciaram a mudança radical do rumo da política externa do Egito. Além disso, o contexto internacional de lutas nacionais por autonomia e independência de diversos países do Terceiro Mundo, aliado às reformas internas e ao apoio popular ao pan-arabismo, possibilitou essa reestruturação e a sua manutenção durante o governo de Nasser. De acordo com os tipos ideais definidos por Holsti (1982), portanto, a reestruturação empreendida sob Nasser teria realizado a transição da dependência ao não-alinhamento/diversificação no Egito.

No período que se seguiu, durante a presidência de Sadat, assistiu-se ao acirramento dos conflitos na região. Nesse contexto, o balanceamento entre os EUA e a URSS – tal como ocorrera sob Nasser – deixou de ser uma opção. Em 1979, eclodiu a Revolução Iraniana, alterando a correlação de forças e as alianças no Oriente Médio, e, no mesmo ano, o Egito assinou a paz com Israel. Sadat já percebia os EUA como um ator fundamental no Oriente Médio, devido à sua hegemonia no sistema internacional e esforçou-se em obter um lugar privilegiado na política externa estadunidense para a região, levando o país de volta de um caminho de não-alinhamento/diversificação para a dependência.

Quando Hosni Mubarak assumiu o governo egípcio, a aliança com os EUA, já bem estabelecida, foi mantida, apesar de certas Mudanças de Programa (de acordo com o conceito de Hermann) terem sido adotadas, como a reaproximação do mundo árabe. Com o fim da Guerra Fria, o Egito, um dos maiores receptores de assistência dos EUA no mundo, manteve o alinhamento geral da sua política externa, de maneira inercial, ao longo dos anos 1990. Evidentemente, Washington agiu como um poderoso estabilizador no processo de continuidade da política externa egípcia.

Ainda que não tenha havido mudanças fundamentais nos seus objetivos, alterações nos instrumentos de política externa são perceptíveis nos últimos anos do governo Mubarak. A mudança de regime, no contexto da “Primavera Árabe”, todavia, propiciou a demonstração do objetivo de Mohamed Morsi de adotar uma política externa mais assertiva – apesar da instabilidade econômica e política – que a de Mubarak, a qual estava fundamentalmente



atrelada aos interesses dos EUA. Morsi, em seu breve governo, sinalizou mudanças muito mais profundas que as Mudanças de Programa do final do governo de Mubarak, demonstrando a intenção de desenvolver uma política mais pragmática e equilibrada, com parcerias diversificadas baseadas em benefícios mútuos, assim como uma retomada ativa do papel de liderança regional.

Entretanto, a política externa de Morsi enfrentou um dilema, pois o seu ativismo, aliado à busca de novos parceiros e à determinação em desempenhar um papel de liderança regional, que lhe rendiam apoio popular e legitimação interna, entravam em choque com uma economia degradada e possibilidades reduzidas de exercer influência na região ou alienar parceiros tradicionais. Apesar da intenção de realizar a reestruturação da política externa egípcia, o Egito de Morsi não poderia distanciar-se demais dos EUA, pois não poderia arcar com o fim da sua assistência. Logo, apesar do ímpeto transformador do governo da Irmandade Muçulmana, houve limitações econômicas e políticas - via estabilizadores - para uma mudança drástica em um período curto de tempo.

Finalmente, a Irmandade Muçulmana, aos olhos de grande parcela da população egípcia, não se mostrou capaz de implementar um projeto de governo definido para realizar a transição e lidar com os problemas socioeconômicos do Egito, uma vez que a organização estivera não só na oposição, mas na ilegalidade durante grande parte de sua existência. Nesse sentido, a perseguição de uma diplomacia mais assertiva e de alto perfil - na medida do possível, dada a ação dos estabilizadores - visava a atender às aspirações de maior independência internacional da população como uma forma de legitimação no campo doméstico.

De acordo com tudo o que foi exposto anteriormente, portanto, concluiu-se que é possível determinar que havia uma reorientação - a intenção de reestruturar a política externa, de acordo com Holsti (1982) - da política externa se desenrolando no governo de Mohamed Morsi, apesar da ação de estabilizadores, como os EUA, as Forças Armadas e forças políticas leais ao regime de Mubarak, que agiram no sentido de manter o *status quo ante*. Foi, portanto, confirmada a hipótese central deste trabalho, que inferia ser possível identificar evidências que demonstrassem que havia uma mudança profunda da política externa se desenhando sob a presidência de Morsi em direção a uma maior autonomia (relacionada com a série de mudanças incrementais ou Mudanças de Programa do governo Mubarak), apesar da ação de estabilizadores que obstaculizaram a formulação e a implementação de tal mudança. Fatores internos - como a menor aceitação da doutrina de política externa de Mubarak pela população e a ambição do governo de empreender a retomada da identidade nacional externamente,

perseguindo a retomada da centralidade do país na sua região por meio de uma maior autonomia - e externos - como a transformação da correlação de forças no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria em direção à multipolaridade - combinaram-se e, com a mudança de regime, ocorreu a janela de oportunidade para a mudança da política externa.

Nesse sentido, é importante ter em mente a abordagem de dois níveis de Putnam (1988), que reconhece que tomadores de decisão centrais buscam conciliar imperativos domésticos e internacionais simultaneamente, assim como a perspectiva de James N. Rosenau (1970) de que a política externa tem um comportamento adaptativo. Segundo Rosenau, tanto a mudança interna, que envolve alterações nas estruturas essenciais (aqueles padrões inter-relacionados que constituem a vida política, econômica e social básica de uma sociedade nacional), quanto a externa, que representa ameaças potenciais às estruturas essenciais, possibilitam o surgimento de exigências sobre as capacidades adaptativas das sociedades, as quais não podem ser satisfeitas através de procedimentos rotineiros. Seja qual for a fonte de mudança - interna ou externa -, novos arranjos têm de ser promovidos no ambiente, pois, ainda que os procedimentos rotineiros possam ser adequados para preservar arranjos existentes, eles não podem promover novos. Nesse caso, a inovação é necessária, bem como a alocação de recursos não utilizados anteriormente para fins adaptativos. No caso egípcio, as mudanças internas - mudança de regime - assim como as externas - transformação da correlação de forças no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria em direção à multipolaridade - se combinaram para gerar um ímpeto de mudança na política externa do governo Morsi.

Ademais, a importância concedida à identidade na política externa por Milza (1996) e a concepção de “papel nacional” de Holsti (1970), que busca capturar a maneira como uma nação vê a si mesma e o seu papel na arena internacional, enfatizando a importância das percepções da elite acerca do papel nacional nas decisões de política externa, fazem-se importantes. Elas contribuem para a explicação da intenção de readquirir a liderança na região e a autonomia internacional do Egito, sob Morsi, inclusive por meio da busca da retomada dos “círculos nasseristas”.

A reorientação sob Morsi se relaciona com mudanças incrementais ou Mudanças de Programa, do início e do fim do governo Mubarak, uma vez que expressa um redirecionamento via diversificação de parceiros e busca de papel regional mais destacado. Pode-se dizer, portanto, que as Mudanças de Programa de Mubarak foram catalisadas por Morsi, que buscou promover uma reorientação (na perspectiva de Holsti) da política externa

egípcia, ilustrada pela adoção de uma postura mais ousada e assertiva em relação à perseguição de maior autonomia regional e internacional e uma menor preocupação com restrições advindas da aliança com os EUA nas suas relações e ações externas. Não é possível determinar se a reorientação, de acordo com o conceito de Holsti, de Morsi evoluiria para uma verdadeira reestruturação da política externa, uma vez que o seu governo durou apenas um ano. Contudo, ficou claro que a conjuntura política e econômica não permitiria que parceiros tradicionais fossem abandonados subitamente.

A pressão realizada pelos estabilizadores não só dificultou a formulação e implementação de mudanças no plano externo, como minou o próprio governo de Morsi. Com a derrubada do presidente eleito por uma intervenção das Forças Armadas, a janela de oportunidade para tal mudança parece ter se encerrado. Ainda não é possível determinar se uma nova oportunidade para uma mudança fundamental na política externa egípcia irá começar a se delinear após o fim da atual transição para um governo eleito, caso ela ocorra. Todavia parece improvável que um novo regime desenvolva uma política externa tão assertiva e ativa quanto a que Morsi buscava implementar enquanto o Egito continuar fundamentalmente dependente da ajuda externa dos EUA e as Forças Armadas continuarem desempenhando um papel central no Estado egípcio.

## REFERÊNCIAS

AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK (AEO). **Country Notes – North Africa – Egypt**, Paris, 2013. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/north-africa/egypt/>>. Acesso em: 22 out. 2013.

AL-ANANI, Khalil. Arab Islamists, from Opposition to Power: A Critical Appraisal. IEMed. **Mediterranean Yearbook 2013**, Transitions in the Arab World, Barcelona, 2013. Disponível em: <[http://www.iemed.org/publicacions/historic-de-publicacions/anuari-de-la-mediterrania/sumaris/avancaments-anuari-2013/Arab%20Islamists%20from%20Opposition%20to%20Power\\_Khalil%20al-Anani\\_Med2013.pdf](http://www.iemed.org/publicacions/historic-de-publicacions/anuari-de-la-mediterrania/sumaris/avancaments-anuari-2013/Arab%20Islamists%20from%20Opposition%20to%20Power_Khalil%20al-Anani_Med2013.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

AL-SAYYID MARSOT, Afaf Lufti. **A History of Egypt: From the Arab Conquest to the Present**. New York: Cambridge University Press, 2007.

AL-YOUM, Al-Masry. Multi-million dollar loan from China due to arrive in National Bank. **Egypt Independent**, 03 Sept. 2012. Disponível em: <<http://www.egyptindependent.com/news/multi-million-dollar-loan-china-due-arrive-national-bank>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

ARABIAN BUSINESS (AB). Egypt Central Bank returns \$500m deposit to Qatar, Dubai, 5 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.arabianbusiness.com/egypt-central-bank-returns-500m-deposit-qatar-525186.html>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BARNETT, Michael N., LEVY, Jack S. Domestic Sources of Alliances and Alignments: The Case of Egypt, 1962-73. **International Organization**, v. 45, n. 3, p. 369-395, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706736>>. Acesso em: 16 set. 2013.

BERGER, Lars. Breaking the Wave – The War in Iraq, U.S.-Egyptian Relations and the Bush Administration's 'Democratic Tsunami'. In: EL-SAID, Hamed, HARRIGAN, Jane. **Globalisation, Democratisation and Radicalisation in the Arab World**, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010. p. 165-184.

BIDWELL, Robin. **Dictionary of Modern Arab History: An A to Z of Over 2000 Entries from 1798 to the Present Day**. Abingdon, New York: Routledge, 2010.

BRASIL. **Acordo de Comércio Mercosul-Egito**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/acordo-de-livre-comercio-mercosul-egito>>. Acesso em: 22 out. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **ASPA**: Cúpula América do Sul-Países Árabes. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cupula-america-do-sul-paises-arabes-asp>>. Acesso em: 22 out. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **G-20 Comercial**. 2010a. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/copy\\_of\\_desenvolvimento-comercio-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/rodada-doha-da-omc/g-20-comercial/?searchterm=g-20](http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/copy_of_desenvolvimento-comercio-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/rodada-doha-da-omc/g-20-comercial/?searchterm=g-20)>. Acesso em: 22 out. 2013.

BRÄUTINGAM, Deborah, Tang, Xiaoyang. African Shenzhen: China's special economic zones in Africa. **Journal of Modern African Studies**, v. 47, n. 1, 2011, p. 27-54. Disponível em: <<http://www.afriquechine.net/en/2011/African-Shenzhen-China-s-special-economic-zones-in-Africa.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

BROWERS, Michaele L. The Egyptian Movement for Change: Intellectual antecedents and generational conflicts. In: **Political Ideology in the Arab World: Accommodation and Transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 109-137.

BROWNLEE, Jason. **Democracy Prevention**: The politics of the U.S.-Egyptian alliance. New York: Cambridge University Press, 2012.

Carnegie Endowment for International Peace (CEFIP). The SCAF: an Overview of its Actions. Guide to Egypt's Transition, Washington, 2011. Disponível em: <<http://egyptelections.carnegieendowment.org/2012/01/05/the-scaf-an-overview-of-its-actions>>. Acesso em: 28 out. 2013.

CHASE, Robert S., HILL, Emily B., KENNEDY, Paul. Pivotal States and U.S. Strategy. **Foreign Affairs**, Tampa, v. 75, n. 1, p. 33-51. Jan./Feb. 1996.

CHAZAN, Naomi; et al. **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CIEZADLO, Annia. Let Them Eat Bread: How Food Subsidies Prevent (and Provoke) Revolutions in the Middle East. **Foreign Affairs**, Tampa, 23 Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67672/annia-ciezadlo/let-them-eat-bread>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

COOK, Steven A. Contingency Planning Memorandum n. 4: Political Instability in Egypt. **Council on Foreign Relations**, New York, Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.cfr.org/egypt/political-instability-egypt/p19696>>. Acesso em: 06 nov. 2013

COOK, Steven A. **The struggle for Egypt: from Nasser to Tahrir Square**. New York: Oxford University Press, 2012.

COOK, Steven A. The U.S.-Egyptian Breakup: Washington's Limited Options in Cairo. **Foreign Affairs**, Snapshots, Tampa, 2 Feb. 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67347/steven-a-cook/the-us-egyptian-breakup#>>. Acesso em: 28 out. 2013.

COURBAGE, Youssef; TODD, Emmanuel. **Le Rendez-vous des Civilisations**. Paris: La République des Idées, 2007.

DARAGAH, Borzou. Egypt top ut IMF loan talks on back burner. **Financial Times**, London, 15 Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/e8901092-ed3a-11e2-ad6e-00144feabdc0.html#axzz2kFQFXFC4>>. Acesso em: 10 nov. 2013

DARRAG, Amr. **On The New Vision for the Egyptian Foreign Policy After the Revolution**. Istanbul: TESEV Foreign Policy Program, 2013. Disponível em: <<http://www.tesev.org.tr/Upload/Publication/33520719-f2e2-4dd2-89c9-4b824fec7174/Amr%20Darrag%20makale.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

DESSOUKI, Ali E.Hillal. Regional Leadership: Balancing off Costs and Dividends in the Foreign Policy of Egypt. In: KORANY, Baghat; DESSOUKI, Ali E.Hillal. **The Foreign Policies of Arab States: the challenge of globalization**. Cairo: American University of Cairo Press, 2008. p. 167-194.

DIETL, Gulshan. Middle East: Naming and Claiming a Region. **International Politics**, v. 4, n. 8, 2011. Disponível em: <<http://www.int-politics.com/Articles/No8/Gulshan.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

DR. MORSI'S ELECTORAL PROGRAM - General Features of Nahda (Renaissance) Project. Cairo: IKHWANWEB, 2012. Disponível em: <<http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=29932>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

EGITO. State Information Service. **Egypt and the Non Aligned Movement – NAM**. Cairo, 2013a. Disponível em: <<http://www.sis.gov.eg/En/Templates/Articles/tmpArticles.aspx?CatID=196>>. Acesso em: 22 out. 2013.

EGITO. State Information Service. **Egypt and UN Security Council membership**. Cairo, 2013b. Disponível em: <<http://www.sis.gov.eg/En/Templates/Articles/tmpArticles.aspx?CatID=2628>>. Acesso em: 22 out. 2013.

EGYPT: Social programmes bolster appeal of Muslim Brotherhood. **IRIN**, Cairo, 22 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.irinnews.org/report/26150/>>. Acesso em: 27 out. 2013.

EGYPT: Who holds the power?, **BBC**, London, 3 Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-18779934>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

EGYPT'S ISLAMIST PARTIES WIN ELECTIONS TO PARLIAMENT, **BBC**, London, 21 Jan. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-16665748>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EL DEEB, Sarah. Mohammed Morsi Trial: Judge Adjourns Proceedings Until Jan. 8. **Huffington Post**, London, 4 Nov. 2013. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.com/2013/11/04/mohammed-morsi-trial\\_n\\_4210727.html](http://www.huffingtonpost.com/2013/11/04/mohammed-morsi-trial_n_4210727.html)>. Acesso em: 22 out. 2013.

EL SHARNOUBI, Osman. Egypt's President Morsi in power: A timeline (Part I). **Ahram Online**, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/News/74427.aspx>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EL-GOHARI, Ahmad, SUTHERLAND, Dylan. **China's Special Economic Zones in Africa: The Egyptian Case**, Global Economic Recovery: The Role of China CEA Conference. University of Oxford, 2010. Disponível em: <<http://www.ceauk.org.uk/2010-conference-papers/full-papers/El-Gohari-and-Sutherland-CEA-Final.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2013.

EL-HENNAWY, Noha. A coup by law: SCAF consolidates power. **Egypt Independent**, 18 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.egyptindependent.com/news/coup-law-scaf-consolidates-power>>. Acesso em: 27 out. 2013.

FAHIM, Kareem. In Upheaval for Egypt, Morsi Forces Out Military Chiefs. **The New York Times**, New York, 12 Aug. 2012. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2012/08/13/world/middleeast/egyptian-leader-ousts-military-chiefs.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/08/13/world/middleeast/egyptian-leader-ousts-military-chiefs.html?_r=0)>. Acesso em: 07 nov. 2013.

FERABOLLI, Sílvia. Yom Kippur, Camp David e a entrada definitiva dos Estados Unidos no Mundo Árabe via triangulação Riad-Cairo-Washington. In: DINIZ, Eugenio (Org.). **Estados**

**Unidos: Política externa e atuação na política internacional contemporânea.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas: Embaixada dos Estados Unidos da América, 2009. p. 521-537.

FLETCHER, Holly. Egyptian Islamic Jihad. **Council on Foreign Relations**, New York, 30 May 2008. Disponível em: <<http://www.cfr.org/egypt/egyptian-islamic-jihad/p16376>>. Acesso em: 19 set. 2013.

Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC). FOCAC ABC, 2013. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/ltjj/t933522.htm>>. Acesso em: 22 out. 2013.

FRANCIS, David J. **Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems.** Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2006.

GARAMONE, Jim. Coalition of the Willing Provides Formidable Force. American Forces Press Service, U.S Department of Defense, 2003. Disponível em: <<http://www.defense.gov/News/NewsArticle.aspx?ID=29275>>. Acesso em: 20 out. 2013.

GAUSE, III, F. Gregory. The International Politics of the Gulf. In: FAWCETT, Louise (Org.). **International Relations of the Middle East.** Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 272-289.

GERRING, John. Mere Description. **British Journal of Political Science**, v. 42, p. 721-746, 2012. Disponível em: <<http://people.bu.edu/jgerring/documents/MereDescription.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

GOLDMANN, Kjell. Change and Stability in Foreign Policy: Detente as a Problem of Stabilization. **World Politics**, v. 34, n. 02, Jan. 1982, p. 230-266. Disponível em: <[http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0043887100004123](http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100004123)>. Acesso em: 16 set. 2013.

GRIMM, Jannis Julien. Morsi's Foreign Policy Dilemma: Economic Imperatives and the Politics of Legitimation. **ORIENT: German Journal for Politics, Economics and Culture of the Middle East**, Berlin, I/ 2013. Disponível em: <[http://www.academia.edu/3530177/Morsis\\_Foreign\\_Policy\\_Dilemma\\_Economic\\_Imperatives\\_and\\_the\\_Politics\\_of\\_Legitimation](http://www.academia.edu/3530177/Morsis_Foreign_Policy_Dilemma_Economic_Imperatives_and_the_Politics_of_Legitimation)>. Acesso em: 08 nov. 2013.

GRIMM, Jannis; ROLL, Stephan. Egyptian Foreign Policy under Mohamed Morsi: Domestic Considerations and Economic Constraints. **SWP Comments**, n. 35, Nov. 2012. Disponível em: <[http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C35\\_gmm\\_rll.pdf](http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C35_gmm_rll.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2013.



Gulf Cooperation Council (GCC). The Cooperation Council of the Arab States of the Gulf, 2013. Disponível em: <<http://www.gcc-sg.org/eng/>>. Acesso em: 19 set. 2013.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HAMID, Shadi. **Resolving America's Islamist Dilemma: Lessons From South and Southeast Asia**. New York: Century Foundation Report, 2008. Disponível em: <[http://iis-db.stanford.edu/pubs/22529/Hamid\\_report\\_10-30-08.pdf](http://iis-db.stanford.edu/pubs/22529/Hamid_report_10-30-08.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2013.

HAMID, Shadi. The Rise of the Islamists: How Islamists Will Change Politics, and Vice Versa. **Foreign Affairs**, May/June, 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67696/shadi-hamid/the-rise-of-the-islamists>>. Acesso em: 27 out. 2013.

HARTWIG, Richard. Squaring the Circle: A Regional/Economic Proposal for Reform of the United Nations Security Council. **Critical Currents**, The Quest for Regional Representation Reforming the United Nations Security Council, n. 4, Uppsala, May, 2008. Disponível em: <[http://www.dhf.uu.se/pdf/ffiler/cc4/cc4\\_web.pdf](http://www.dhf.uu.se/pdf/ffiler/cc4/cc4_web.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2013.

HENRY, Clement Moore, SPRINGBORG, Robert. Bully Praetorian States. In: **Globalization and the politics of development in the Middle East**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 162-211.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HINNEBUSCH, Raymond. The Foreign Policy of Egypt. In: HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan. **The Foreign Policies of Middle East States**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 91-114.

HOLSTI, Kal J. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 14, 1970, p. 233-309.

HOLSTI, K. J. **Why Nations Realign: Foreign Policy Restructuring in the Postwar World**. London: Allen and Unwin, 1982.

ISRAEL. Knesset. Lexicon of Terms. **Rogers Plan**. Tel Aviv, 2013. Disponível em: <[http://www.knesset.gov.il/lexicon/eng/rogers\\_eng.htm](http://www.knesset.gov.il/lexicon/eng/rogers_eng.htm)>. Acesso em: 19 set. 2013.

KARAWAN, Ibrahim. A. Identity and Foreign Policy: The Case of Egypt. In: TELHAMI, Shibley, BARNETT, Michael. **Identity and Foreign Policy in the Middle East**. Ithaca: Cornell University Press, 2002. p. 155-168.

KEDDIE, Nikki R. Is There a Middle East? **International Journal of Middle East Studies**, v. 4, n. 3, p. 255-271, 1973. Disponível em: <<http://www.eden.rutgers.edu/~spath/351/Readings/Keddie%20-%20Is%20there%20a%20Middle%20East.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

KHAJOUEI, Mohammad. New Egypt's Foreign Policy: Change or Continuity?. **Iran Review**, 23 Jul. 2012. Disponível em: <<http://www.iranreview.org/content/Documents/New-Egypt-s-Foreign-Policy-Change-or-Continuity-.htm>>. Acesso em: 27 out. 2013.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Little Brown, 1984.

KINGSLEY, Patrick. Egyptian foreign minister sets out timetable for elections. **The Guardian**, 08 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/nov/08/egypt-timetable-elections-foreign-minister-fahmy>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

KIRKPATRICK, David D. Army Ousts Egypt's President; Morsi Is Taken Into Military Custody. **The New York Times**, New York, 3 Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/07/04/world/middleeast/egypt.html>>. Acesso em: 10 de novembro.

LAUB, Zachary. Egypt's Muslim Brotherhood. **Council on Foreign Relations**, New York, 4 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cfr.org/egypt/egypts-muslim-brotherhood/p23991>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

LONDOÑO, Ernesto. Egypt's Morsi replaces military chiefs in bid to consolidate power. **The Washington Post**, Washington, 12 Aug. 2012. Disponível em: <[http://articles.washingtonpost.com/2012-08-12/world/35491119\\_1\\_sami-anan-president-morsi-military-chiefs](http://articles.washingtonpost.com/2012-08-12/world/35491119_1_sami-anan-president-morsi-military-chiefs)>. Acesso em: 07 nov. 2013.

LUCENA, Eleonora de. Risco de guerra civil existe, afirma estudioso da Primavera Árabe. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1308661-risco-de-guerra-civil-existe-afirma-estudioso-da-primavera-arabe.shtml>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

LUTTERBECK, Derek. Arab Uprisings, Armed Forces, and Civil-Military Relations. **Armed Forces & Society**, v. 39, 2012. Disponível em: <<http://afs.sagepub.com/content/39/1/28>>. Último acesso em 19 set. 2013>.

MAKINDA, Samuel M.; OKUMU, F. Wafula. **The African Union: challenges of globalization, security, and governance**. Oxon, New York: Routledge, 2008.

MANDAVILLE, Peter. Islam and International Relations of the Middle East: From *Umma* to Nation State. In: FAWCETT, Louise (Org.). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 180-187.

MCNAMARA, Robert. **Britain, Nasser, and the Balance of Power in the Middle East 1952-1967: From the Egyptian Revolution to the Six Day War**. London, Portland: Frank Cass Publishers, 2003.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1996. p. 365-399.

MOHAMMED, Arshad, ZENGERLE, Patricia. Exclusive - U.S. quietly observes coup law on Egypt aid, but shuns term. **Reuters**, New York, 12 Oct. 2013. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2013/10/12/uk-usa-egypt-aid-idUKBRE99B00420131012>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MORSY, Mohamed. Statement of H.E. Dr. Mohamed Morsy President of the Arab Republic of Egypt before the 67th Session of the General Assembly of the United Nations. New York, 26 Sept. 2012. Disponível em: <[http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/67/EG\\_en.pdf](http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/67/EG_en.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2013.

NAFAA, Hassan. **Egypt's foreign policy: Challenges and prospects for correction**. Doha: Al Jazeera Centre for Studies, Feb. 2010. Disponível em: <[www.aljazeera.net/mritems/streams/2010/2/11/1\\_971157\\_1\\_51.pdf](http://www.aljazeera.net/mritems/streams/2010/2/11/1_971157_1_51.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2013.

NAKHOUL, Samia; BLAIR, Edmund. Exclusive: New Egypt leader steps out on world stage seeking "balance". **Reuters**, New York, 27 Aug. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/08/27/us-egypt-president-idUSBRE87Q18Z20120827>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

NORDLAND, Rod. Omar Suleiman, Powerful Egypt Spy Chief, Dies at 76. **The New York Times**, New York, 19 Jul. 2012. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2012/07/20/world/middleeast/omar-suleiman-ex-egyptian-vice-president-dies-reports-say.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/07/20/world/middleeast/omar-suleiman-ex-egyptian-vice-president-dies-reports-say.html?_r=0)>. Acesso em: 28 out. 2013.

O'NEILL, Jim, et al. **How solid are the BRICs?**. New York: Global Economics Paper, n. 134, 1 Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.sdnbd.org/sdi/issues/economy/BRICs\\_3\\_12-1-05.pdf](http://www.sdnbd.org/sdi/issues/economy/BRICs_3_12-1-05.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2013.

OSMAN, Tarek. **Egypt on the Brink: From the rise of Nasser to the fall of Mubarak**. New Haven: Yale University Press, 2010.

ÖZKAN, Mehmet. Egypt's Foreign Policy under Mohamed Morsi. **Ortadoğu Analiz**, v. 5, n. 51, 2013, p. 10-18. Disponível em: <<http://works.bepress.com/mehmetozkan/166>>. Acesso em: 23 set. 2013.

PODEH, Elie. To Unite or not to Unite: That is not the question: The 1963 Tripartite Unity Talks Reassessed. **Middle Eastern Studies**, v. 39, n. 1, p. 150-185, janeiro de 2003.

PRASHAD, Vijay. **Arab Spring, Libyan Winter**. Oakland: AK Press Publishing & Distribution, 2012.

PRESCHERN, Pamela. **La Riforma del Consiglio di Sicurezza dagli Anni '90 ad Oggi: problemi e prospettive**. Roma: Documenti IAI, 2009. Disponível em: <<http://www.iai.it/pdf/DocIAI/IAI0911.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

PRESIDENT MORSI OVERTHROWN IN EGYPT, **Al Jazeera**, Doha, 4 Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/07/20137319828176718.html>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

RICHARDS, Alan; WATERBURY, John. The Military and the State. In: **A Political Economy of the Middle East**. Boulder: Westview Press, 2008. p. 344-361.

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio pós-Guerra Fria: a geopolítica e o processo de paz Israel-OLP. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 17-45, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://seerl.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 23 set. 2013.

ROSENAU, James N. Foreign Policy as Adaptive Behavior: Some Preliminary Notes for a Theoretical Model. **Comparative Politics**, v. 2, n. 3, abr. 1970, p. 365-387. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421308>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

RUBIN, Barry. Understanding the Muslim Brotherhood. **Foreign Policy Research Institute**, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ebookzip.com/doc/understanding-the-muslim-brotherhood-by-barry-rubin-24269/>>. Acesso em: 27 out. 2013.

SALEH, Yasmine, WERR, Patrick. Egypt formally requests US\$4.8 bil. IMF loan. **The China Post**, Beijing, 23 Aug. 2012. Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/business/middle-east/2012/08/23/351943/Egypt-formally.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SHALABI, Al-Sayed Amin. **Has Egypt's Foreign Policy Changed?**. Cape Town: SAFPI, 14 Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.safpi.org/news/article/2013/has-egypt-s-foreign-policy-changed>>. Acesso em: 16 set. 2013.

SHARP, Jeremy M. **Egypt: Background and U.S. Relations**. Washington: CRS Report for Congress, Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33003.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

SHLAIM, Avi. The Rise and Fall of the Oslo Peace Process. In: FAWCETT, Louise (Org.). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 254-271.

SLUGLETT, Peter. The Cold War in the Middle East. In: FAWCETT, Louise (Org.). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 44-59.

SMITH, Charles. The Arab-Israeli Conflict. In: FAWCETT, Louise (Org.). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 231-253.

SORENSEN, David S. Transitions in the Arab World: Spring or Fall? David S. Sorenson. **Strategic Studies Quarterly**, Fall 2011. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA549025>>. Acesso em: 28 out. 2013.

STAMBOLIYSKA, Rayna. Egypt's Constitutional Referendum Results. **Jadaliyya**. Dec. 25 2012. Disponível em: <<http://www.jadaliyya.com/pages/index/9234/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

TAYLOR, Alan R. The PLO in Inter-Arab Politics. **Journal of Palestine Studies**, v. 11, n. 2, p. 70-81, 1982. Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/files/pdf/jq/11404.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

TAYLOR, Paul; PERRY, Tom. Egypt stalls on IMF terms, no deal seen: diplomats. **Reuters**, New York, 14 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/04/14/us-egypt-imf-idUSBRE93D02P20130414>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

TILLY, Charles. Does Modernization Breed Revolution?. **Comparative Politics**, v. 5, n. 3, Special Issue on Revolution and Social Change, Apr., p. 425-447, 1973. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421272>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

TODD, Emmanuel. **Allah n’y est pour rien ! Sur les révolutions arabes et quelques autres**. Paris: Loubiana – arretsurimages.net, 2011.

TURQUIA. Republic of Turkey Ministry of Economy. **Turkey-Egypt Free Trade Agreement**. Ankara, 2013. Disponível em: <<http://www.economy.gov.tr/index.cfm?sayfa=tradeagreements&bolum=fta&country=EG&region=0>>. Acesso em: 22 out. 2013.

VISENTINI, Paulo G.F. et al. **Os países africanos: Diversidade de um continente**. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da Guerra Fria à Crise**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

WAGNER, Daniel, CAFIERO, Giorgio. Is the United States Losing Egypt to China?. **The Huffington Post**, London, 28 Nov. 2012. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/losing-egypt-to-china\\_b\\_2202438.html](http://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/losing-egypt-to-china_b_2202438.html)>. Acesso em: 22 out. 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Geopolitics of Arab Turmoil**. Doha: Al Jazeera Center for Studies Reports, 27 set. 2012. Disponível em: <<http://studies.aljazeera.net/en/reports/2012/09/201292794341783224.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

WENPING, He. The Balancing Act of Morsi’s Foreign Policy. **China-U.S. Focus**, Hong Kong, 12 Sept. 2012. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/foreign-policy/the-balancing-act-of-morsis-foreign-policy/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

YAHIA, Marwa. News Analysis: Qatari, Libyan loans likely to boost Egypt's ailing economy. **Xinhua News**, Beijing, 12 Apr. 2013. Disponível em: <[http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-04/12/c\\_132303602.htm](http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-04/12/c_132303602.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2013.